



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 10/CEPEX/IFRO, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio, EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Estatuto, considerando o Processo nº 23243.001936/2016-76, considerando a Resolução nº 68/CONSUP/IFRO/2016, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex na 5ª Reunião Ordinária, em 08/07/2016;

R E S O L V E:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio, EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBUTINO LEITE
Presidente do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM COOPERATIVISMO CONCOMITANTE AO
ENSINO MÉDIO — MODALIDADE A DISTÂNCIA
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**

PORTO VELHO/RO
2016

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO
(Portaria nº141/2015)

Adonias Soares da Silva, Mat. SIAPE n ° 2236680

Anabela Aparecida Silva Barbosa, Mat. SIAPE n° 2004730

Dinalva Barbosa da Silva Fernandes, Mat. SIAPE n° 2107625

Marcilei Serafim Germano, Mat. SIAPE n° 2161540

Samuel dos Santos Junio, Mat. SIAPE n° 2170337

Sumário

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	5
1.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	5
1.1.1 Histórico do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte.....	8
1.1.2 Histórico da EaD no IFRO	9
2 APRESENTAÇÃO.....	12
2.1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	13
2.2 JUSTIFICATIVA.....	14
2.2.1 Pesquisa de Demanda.....	21
2.3 OBJETIVOS.....	23
2.3.1 Objetivos gerais	23
2.3.2 Objetivos específicos	23
3 METODOLOGIA.....	24
3.1 CONCEPÇÃO CURRICULAR.....	24
3.1.1 Operacionalização	27
3.1.1.1 Das Responsabilidades do IFRO:.....	28
3.1.1.2 Das Responsabilidades da SEDUC:.....	30
3.1.2 Norteadores organizacionais das Atividades EaD.....	31
3.1.3 Prospecção da Carga Horária	31
3.4.1 Critérios de Avaliação da Aprendizagem.....	37
3.4.2 Promoção, retenção e recuperação.....	38
3.5.1 Prática Profissional Intrínseca ao Currículo.....	40
3.5.2 Prática Profissional Supervisionada	42
3.10 CERTIFICAÇÃO.....	48
3.11 PÚBLICO-ALVO	48
4 EQUIPE DE PROFESSORES	49
5 REQUISITOS DE FORMAÇÃO	49
6 APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	50
6.2.1 Departamento de Apoio ao Ensino	51
6.2.2 Coordenação de Assistência ao Educando.....	51
6.2.3 Coordenação de Registros Acadêmicos.....	52
6.2.4 Coordenação de Biblioteca.....	52
6.2.5 Coordenação de Tutoria e Monitoria	53
6.2.6 Coordenação de Gestão de Polos EaD.....	53
6.3.1 Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade	53
6.3.2 Coordenação de Formação Inicial e Continuada	53
6.4.1 Coordenação de Pesquisa e Inovação.....	54
6.5.1 Coordenação de <i>Design</i> Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA).....	54
6.5.2 Coordenação de Material e <i>Design</i> Instrucional (CMDI).....	54
6.5.3 Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA).....	54
7 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS E DE SUPORTE	55
8 COORDENAÇÃO EAD – DEMANDANTE: POLOS EAD E UNIDADES DE ENSINO	57

9 SISTEMAS DE ATENDIMENTO	58
10 PLANEJAMENTO DE ENSINO.....	60
11 EMBASAMENTO LEGAL.....	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA	66
PRIMEIRO MÓDULO	67
Introdução à Informática.....	67
Português Instrumental	67
Introdução ao cooperativismo	68
Fundamentos do Mundo do Trabalho	68
Economia Regional	69
Legislação e Tributação das Cooperativas	70
SEGUNDO MÓDULO	71
Fundamentos da administração	71
Matemática Financeira Aplicada	72
Constituição e Educação Cooperativista	72
Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional.....	73
Contabilidade de Sociedades Cooperativistas I.....	74
Ramos do Cooperativismo	75
TERCEIRO MÓDULO	76
Técnicas de Negociação.....	76
Gestão de <i>Marketing</i>	76
Gestão da Qualidade	77
Gestão Estratégica em Cooperativas	77
Contabilidade de Sociedades Cooperativistas II.....	78
Operações de cooperativas	79
QUARTO MÓDULO	80
Segurança, Meio Ambiente e Saúde	80
Plano de Negócio	81
Ética Profissional e Cidadania.....	82
Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo	82
Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas	83
Elaboração e Gestão de Projetos	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio	42
Quadro 2: Eixos e Dimensões Formadoras.....	43
Quadro 3: Objetivos e Dimensões Formadoras.....	44
Quadro 4: Integração Pedagógica e Técnico-Profissional.....	50
Quadro 5: Requisitos de Formação Mínima dos Profissionais.....	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição geográfica do IFRO.....	10
Figura 2: Eixos Tecnológicos.....	27

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/*Campus*: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/*Campus* Porto Velho Zona Norte

CNPJ: 10.817.343/0007-42

Nome Fantasia: IFRO — *Campus* Porto Velho Zona Norte

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Av. Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial, CEP 76.821-002, Porto Velho/RO.

Telefone: (69) 2182-3814

E-mail: campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br

Sítio da Unidade: www.ifro.edu.br

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitora de Ensino: Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Junior

Pró-Reitora de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor de Administração: Arijuan Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Dauster Souza Pereira

Diretor-Geral do *Campus*: Miguel Fabrício Zamberlan

Comissão responsável pela sistematização do projeto: Adonias Soares da Silva, Anabela Aparecida Silva Barbosa, Dinalva Barbosa da Silva Fernandes, Marcilei Serafim Germano, Samuel dos Santos Junio.

1.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de

unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampus*. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30/6/1993.
- 2007: criação da Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria nº 707, de 9/6/2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: início das aulas do *Campus* Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- 2010: Início das atividades dos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena;
- 2011: Implantação de Polos de Educação a Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: Implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: Início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao *Campus* Ji-Paraná;
- 2013: Instalação de 12 polos EaD;
- 2014: Expansão de 13 polos EaD, passando para 25 unidades;
- 2015: Início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim.

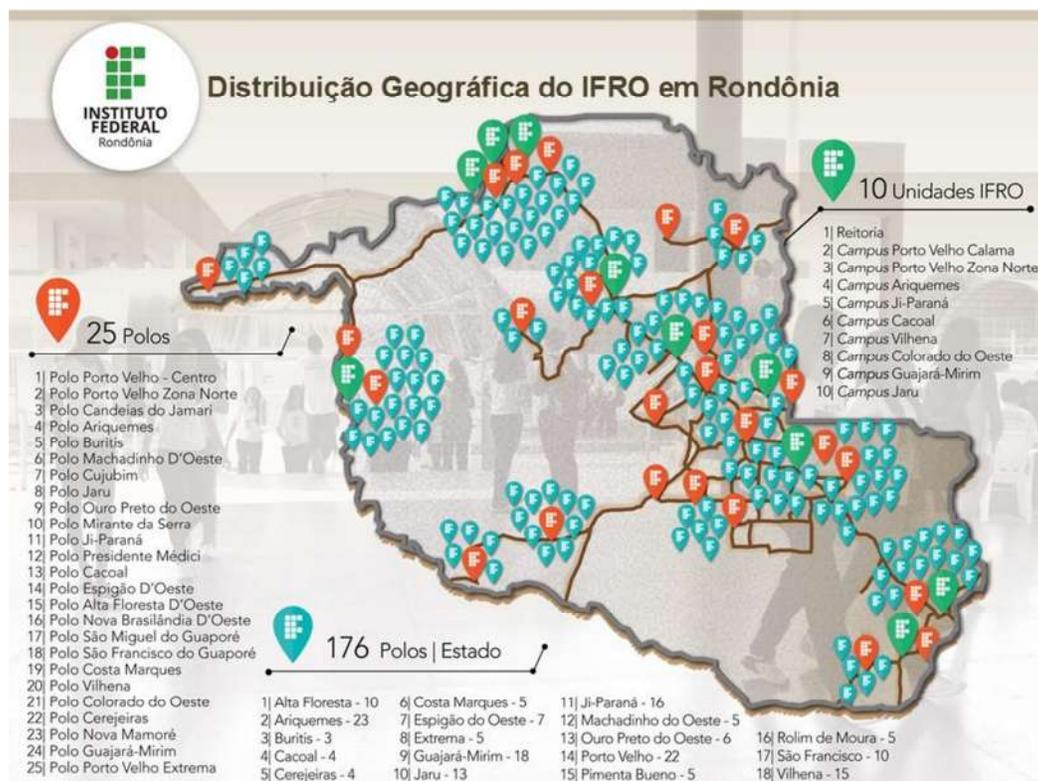
O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *campi* e de sua rede. Para o ano de 2016, a configuração é esta: uma Reitoria; oito *campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e um *Campus* avançado em Jaru, sendo implantado; e ampliação do número de Polos de Educação a Distância no interior do Estado.

O IFRO é uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, atuando também na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade.

Territorialmente, o Instituto Federal de Rondônia está presente em vários municípios do estado, ofertando Educação presencial em 08 (oito) *campi* e Educação a Distância em 25 polos. O IFRO formalizou, no ano de 2016, termo de cooperação com o Governo do Estado para o atendimento de mais 176 polos de EaD.

No campo do Ensino, o IFRO atua na oferta de educação presencial e a Distância (EaD). No ensino básico, oferta cursos técnicos profissionalizantes, integrados ao ensino médio e cursos subsequentes a este; no Ensino Superior, atua na oferta de cursos presenciais de graduação nas áreas tecnológicas, licenciaturas e bacharelado; atua também, na oferta de cursos de Especialização *Lato Sensu*, presencial.

Figura 1 – Distribuição geográfica do IFRO



Fonte: IFRO (2016)¹.

Em relação à modalidade EaD, o IFRO destaca-se na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, cursos técnicos profissionalizantes e cursos de Especialização *Lato Sensu*.

Na busca de inovações tecnológicas e difusão de conhecimentos científicos, o IFRO promove pesquisas básicas e aplicadas e apresenta seus resultados em congressos e eventos do gênero, bem como os publica em periódicos e revistas, especialmente em meio eletrônico.

Na extensão, em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica e em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, o Instituto atua fortemente na oferta de cursos do catálogo Nacional de Cursos da Rede e-Tec, considerando as potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais, com especial atenção às localidades afastadas dos centros urbanos.

1.1.1 Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *campus* oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *campus* que surgira.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância, o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por meio de sua conversão de *Campus* Avançado para *Campus* Regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD nos *campi* e polos regionais do IFRO. Passou a oferecer cursos em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), nos eixos tecnológicos Ambiente, Saúde e Segurança e Controle e Processos Industriais, além dos cursos do Programa Profuncionário, em parceria com o Estado de Rondônia.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, dá início aos primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças.

¹ Disponível em: < <http://portal.ifro.edu.br/sobre-o-ifro> >. Acessado em 12 de jun. de 2016.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias que objetiva auxiliar os estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

1.1.2 Histórico da EaD no IFRO

A educação a distância é referenciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no artigo 80 *in verbis*:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento);

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012);

II - Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; e

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A partir das diretrizes traçadas pela LBD, a Educação a Distância é regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004 e Decreto nº 5.622/2005, que a caracteriza legalmente nos seguintes termos:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Por ser uma educação que ocorre em espaços e tempos diversos, as tecnologias da informação e da comunicação são muito necessárias, pois,

na EaD, a interação com o professor é indireta e tem de ser mediatizada por uma combinação dos mais adequados suportes técnicos de comunicação, o que torna esta modalidade de educação bem mais dependente da mediatização que a educação convencional, de onde decorre a grande importância dos meios tecnológicos (BELLONI, 2008, p. 54).

Dessa forma, a utilização de diferentes tecnologias como auxiliares no processo ensino-aprendizagem torna possível a oferta de EaD em vários níveis e modalidades de ensino, conforme o Art. 2º do Decreto nº 5.622/2005:

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;

II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas: a) técnicos, de nível médio; e b) tecnológicos, de nível superior.

Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta-se como instituição de ensino que oferta cursos em EaD nos termos do art. 2º, IV, e para efetivar um processo educativo que atenda aos ditames legais, adota a Educação a Distância como conceito e prática.

Para este fim, o IFRO possui em sua estrutura uma Diretoria de Educação a Distância (DEaD), de caráter sistêmico, diretamente vinculada à Reitoria, como aduz o Regimento Geral:

Subseção XIV

Da Diretoria de Educação a Distância

Art. 173. A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) é uma Diretoria Sistêmica responsável pelo planejamento, organização e fomento das atividades e políticas do Ensino a Distância no IFRO. Acompanha a implementação tecnológica, as ações de capacitação de pessoal, a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à modalidade de oferta a distância dos cursos.

Art. 174. Compete ao Diretor de Educação a Distância:

I. elaborar o Plano de Gestão da Educação a Distância (EaD) (contendo as definições, diretrizes, princípios e metas da EaD no contexto da educação profissional) e submetê-lo à apreciação do Reitor;

II. articular a elaboração do Regulamento Interno de EaD e submetê-lo a aprovação do CONSUP;

III. acompanhar o desempenho dos coordenadores de curso a distância, tutores, monitores e professores;

- IV. apoiar e incentivar a elaboração de planos, projetos e programas de EaD;
- V. supervisionar a aquisição de equipamentos tecnológicos de suporte às ações de EaD;
- VI. propor e/ou avaliar a viabilidade de implantação de novos polos EaD;
- VII. incentivar e promover ações de aperfeiçoamento contínuo dos servidores do IFRO envolvidos com a EaD;
- VIII. apoiar as propostas de educação a distância, continuada e permanente, nos *campi*;
- IX. fomentar a oferta de cursos e serviços à comunidade (pessoas físicas, empresas públicas, empresas privadas);
- X. elaborar relatórios periódicos, contendo os dados descritivos e estatísticos, e encaminhá-los ao Reitor;
- XI. avaliar periodicamente as ações de EaD nos *campi* e polos de EaD;
- XII. estimular e propor a integração do Instituto, em rede, por meio de parcerias e convênios com outras instituições;
- XIII. auxiliar na elaboração do relatório de gestão/prestação de contas anual, no tocante às informações no âmbito de atuação da Diretoria;
- XIV. executar outras atividades inerentes à área e/ou que venham a ser delegadas pelo Reitor ou outra instância competente do IFRO.

A DEaD tem sido responsável pela gestão e execução de planos e projetos em EaD no IFRO.

A proposta para o desenvolvimento das ações de Educação a Distância do IFRO está estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia; desenvolvimento de recursos pedagógicos; treinamento de pessoal técnico e docente; realização de convênios com instituições e organismos de fomento; e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Setec/MEC. Tem-se por meta principal a institucionalização da EAD e o desenvolvimento de projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão por satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A Educação a Distância implantada no IFRO ocorre em consonância com as políticas de democratização da Educação Profissional e Tecnológica, voltadas para o acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, a infraestrutura começou a ser organizada com a implantação de Programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profucionário.

Pela Rede e-Tec Brasil, o projeto de EaD do IFRO, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná — IFPR, iniciou-se no segundo semestre de 2011, com a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial virtual

via satélite, que previa inicialmente a transmissão de cinco Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, a saber: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos: Administração e Serviços Públicos, além dos quatro do Profuncionário — Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO, foram desenvolvidas ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio.

Em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte inicia a oferta de dois cursos em EaD: Técnico em Informática para a Internet e Técnico em Finanças, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem construído para esta finalidade, atingindo de imediato 1.200 alunos em 12 polos. O alcance de demandas foi ampliado com cursos próprios e a inclusão do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, pela parceria com o IFPR.

Estes cursos atenderam 12 municípios, em 6 *Campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e 6 Polos externos (Buritis, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé).

O *Campus* Porto Velho Zona Norte em 2014 amplia sua oferta com a abertura de 12 novos polos nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici e Extrema.

Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hipermídias e metodologias de atendimento em EaD.

2 APRESENTAÇÃO

O curso Técnico em Cooperativismo concomitante ao Ensino Médio na modalidade EaD faz parte da área de Gestão de Negócios, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e visa promover a formação para o desenvolvimento de cooperativas, compreendendo um profissional que planeja e executa processos cooperativos em suas diversas modalidades.

A modalidade de oferta Concomitante consiste na formação de alunos no Ensino Médio e, paralelamente, em Cursos de Formação Profissional. Este Projeto Pedagógico de Curso orienta a formação profissional no IFRO, considerando a proposta de uma Instituição demandante para o Ensino Médio, com base no termo de convênio entre ofertante e demandante a partir das diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. A oferta do Curso Técnico em Cooperativismo apresenta-se como demanda de parceria pela rede pública estadual de educação para promoção da formação profissional. Parceria que se mostra como uma oportunidade ímpar para melhorar a qualidade e o alcance do ensino público profissional rondoniense. A demanda visa possibilitar a mediação tecnológica aos alunos da rede estadual e ofertar cursos técnicos, via EaD. O IFRO pretende levar a educação profissionalizante mediada por tecnologia a regiões de difícil acesso, como zonas rurais, áreas carentes e áreas indígenas.

O objetivo do acordo é a oferta de ensino médio regular concomitante ao ensino profissional para aproximadamente 176 escolas do Estado de Rondônia.

Assim, o propósito de implantação do curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio na Modalidade EaD é atender a parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) para fomento e capacitação profissional dos alunos do Ensino Médio definida em Termo de Convênio.

O curso prevê a concomitância a partir da realização do ensino médio regular presencial no campo com mediação tecnológica, organizado e promovido pela SEDUC, com a oferta de formação profissional na modalidade a distância, estruturado e realizado pelo IFRO conforme termo de cooperação firmado entre as partes.

O curso terá como foco principal a construção de habilidades e competências orientadas para a organização de cooperativas e de outros empreendimentos da economia solidária e popular, com base nos princípios filosóficos e legais do cooperativismo; na qualificação técnica da gestão propriamente dita; no desenvolvimento de uma educação pedagógica para a ética, a cooperação e a solidariedade e na sustentabilidade econômica, social e ambiental dos empreendimentos.

2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio

Modalidade de oferta: Educação a Distância;

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios;

Habilitação: Técnico em Cooperativismo;

Carga Horária: 900 horas;

Requisito de Acesso/Forma de Ingresso: Processo seletivo com edital específico;

Distribuição de Vagas: 2000 vagas;

Turno: diurno (considerando a necessidade da demandante);

Campus sede: Porto Velho Zona Norte;

Regime de Matrícula semestral;

Prazo de integralização do Curso: No mínimo 4 e no máximo 8 semestres.

2.2 JUSTIFICATIVA

O curso técnico de Cooperativismo apresenta-se como possibilidade formativa evidente e necessária para o Estado de Rondônia por questões regionais, locais, socioeconômicas e ambientalmente sustentáveis.

Ora, o Estado de Rondônia está localizado na Região Norte do território brasileiro, possui extensão territorial de 237.590,864 quilômetros quadrados, sua área está dividida em 52 municípios. Conforme contagem populacional realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totaliza 1.562.409 habitantes, sendo o terceiro estado mais populoso do Norte brasileiro, atrás apenas do Amazonas e do Pará. O crescimento demográfico é de 1,2% ao ano, a densidade demográfica é de, aproximadamente, 6,5 hab./km².

O aumento populacional do Estado deve-se, principalmente, ao fluxo migratório com destino à Rondônia. O primeiro grande movimento migratório ocorreu por volta de 1877, com os nordestinos, em virtude da grande seca. Nos anos seguintes, a busca por oportunidades de trabalho atraíram muitas pessoas para a região. Só na década de 1970, chegaram ao estado 285 mil migrantes. Em 1950, tínhamos 39.935 habitantes já em 2010, o número mudou consideravelmente, tínhamos 1.562.409 habitantes.

Com esse crescimento populacional rápido e composto por muitos imigrantes, Rondônia apresenta grande diversidade em sua população; são migrantes paranaenses, paulistas, mineiros, gaúchos, capixabas, mato-grossenses, amazonenses, e de vários estados do Nordeste.

Sua capital, Porto Velho, possui 428.527 habitantes, apresenta o quarto menor índice de pobreza entre as capitais do Brasil. Outras cidades populosas do estado são: Ji-Paraná (116.610), Ariquemes (90.353), Cacoal (78.574), Vilhena (76.202), Jaru (52.005), Rolim de Moura (50.648).

Rondônia apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,756, sendo o 14º colocado no *ranking* brasileiro, e o 3º entre os estados do Norte. A mortalidade infantil é de 22,4 a cada mil nascidos vivos, pouco acima da média nacional, que é de 22. Mais de 73% da população reside em áreas urbanas.

Apesar de ser um Estado de formação recente, Rondônia é um importante Estado da região norte com um PIB de 15 bilhões de reais. Em relação ao uso do solo na agricultura e pecuária, temos, entre as principais culturas, a produção de café - 159,8 mil ha - cacau com 28,9 mil ha, milho 160,4 mil ha, arroz 159 mil ha, feijão 57,8 mil ha e mandioca com 30,6 mil ha, têm-se ainda inúmeras outras culturas com menores áreas como abacaxi, amendoim, cana-de-açúcar, melancia e tomate. As áreas cultivadas com pastagens para a agropecuária é de aproximadamente 8,3 milhões de ha com criação de gado de corte, leite, criação de cavalo e ovelhas, entre outras.

Segundo o Censo do Cooperativismo de Rondônia 2013, o Estado conta com 477 cooperativas registradas na Junta Comercial do Estado de Rondônia (Jucer), tendo atuação nas seguintes áreas: 71 cooperativas de agropecuária, 15 cooperativas de transporte, 4 cooperativas educacionais, 8 cooperativas de saúde, 28 cooperativas de crédito, 11 cooperativas de trabalho, 15 cooperativas de mineração e mais 2 cooperativas de consumo.

O Censo do Cooperativismo de Rondônia 2013, aponta que dos ramos em que as cooperativas brasileiras atuam, o de crédito é o que tem o maior número de associados, com quase 5 milhões, sendo o segundo em geração de empregos com 35.272 postos de trabalho. Em todo o País, há 5.032 pontos de atendimento, com 6 milhões de associados. Em Rondônia, o cooperativismo de crédito detém 8,7% das operações de crédito e 9,1% dos depósitos.

Segundo Silveira (2008), o Estado de Rondônia movimenta de 20 a 30% do Produto Interno Bruto – PIB/RO e cerca de 10% da população rondoniense é ligada a uma cooperativa ou associação. Comparativamente com o Produto Interno Bruto do Brasil, R\$2.1 trilhões em 2005, e R\$106,5 bilhões da região Norte e Rondônia com 12,9 bilhões, tendo participado com 12,1% e 0,6% do PIB do Brasil e Região Norte respectivamente.

Ainda conforme Silveira (2008), de 2006 a 2007, houve um incremento significativo tanto em números de cooperativas quanto em associados e empregados nos mais diversos ramos de atividades. O número da adesão de sócios cooperados à atividade econômica inspirada pelo Cooperativismo cresceu em uma taxa média de

0,91% em quantidades de Cooperativas, 3,98% em número de associados e 14,90% em número de empregados, demonstrando o bom momento para o desenvolvimento do cooperativismo no Estado.

Entretanto, embora o Estado surja com um grande potencial para o cooperativismo, tem enfrentado diversas dificuldades. A falta de conhecimento tecnológico para a implantação e manutenção das unidades produtoras é apontada como a principal causa de dificuldades de avanços nos índices de desenvolvimento da produtividade no Estado de Rondônia, que tem hoje a soja e as pastagens que apresentam bons índices de produção, tendo ainda o leite e o cultivo de milho e café com bons potenciais de aumento de produtividade. Também os altos preços dos insumos para agricultores e pecuaristas dificultam o investimento para alcançarem melhores produtividades.

Considerando-se estas dificuldades e demandas apontadas, temos ainda uma série de situações que influenciam diretamente na necessidade da oferta do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Cooperativismo. Entre elas, podemos citar as seguintes: o avanço científico e tecnológico, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, a crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e a formação de blocos econômicos regionais, e ainda, a busca de eficiência e de competitividade industrial, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho. Todas estas são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais e do mundo do trabalho, e impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos. Nesse cenário, ampliam-se a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho.

Nesse sentido, no contexto de expansão da Educação Profissional no Brasil, promovido pelo governo brasileiro, o IFRO ampliou sua atuação em diferentes municípios do estado de Rondônia. Cada *campus* tende a oferecer os cursos nas diferentes áreas, conforme as necessidades locais. Dessa maneira, o IFRO, considerando a demanda social e as diretrizes legais, busca oferecer o Curso de Educação Profissional Técnica de nível Médio em Cooperativismo, em conformidade com os fundamentos legais que orientam a educação brasileira. Este encontra-se direcionado para os alunos que estão cursando o Ensino Médio na rede oficial de

ensino e complementa os conhecimentos básicos com a obtenção de uma habilitação profissional técnica.

O PEE/RO - 2014/2024 aponta que a educação ofertada na área rural, compreendendo os espaços da Floresta, Agropecuária, Ribeirinhos, Pesqueiros, Extrativistas e Quilombolas tem sido objeto de estudos e de constantes reivindicações de organizações sociais. O Art. 28 da LDB/96 estabelece o direito dos povos do campo a uma oferta de ensino adequada à sua diversidade sociocultural. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo estão orientadas pelo Parecer CNE/CEB nº 36/2001, pela Resolução CNE/CEB nº 1/2002, pelo Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e pela Resolução CNE/CEB nº 2/2008. Mais recentemente, essa matéria mereceu referência no Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e sua decorrente Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica e, ainda nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de que tratam o Parecer CNE/CEB nº 5/2011 e sua Resolução CNE/CEB nº 2/2012. Tanta legislação demonstra a necessidade de criação de metodologias pedagógicas que vão ao encontro da realidade do campo, respeitando suas especificidades.

Em nosso Estado, tivemos as experiências do Projeto de Ensino Médio no Campo de Rondônia - PROENCRO iniciado em 2003, reformulado e ampliado aos povos que ocupam os espaços da floresta como quilombolas, pesqueiros e extrativistas, experiência esta que demonstra a necessidade de atendimento a essas demandas específicas e nas suas especificidades. Segundo o PEE/RO - 2014/2024, temos 25 municípios/distritos que estão contemplados com o Ensino Médio do Campo, com 25 escolas denominadas “Sede” (estaduais, localizadas no perímetro urbano, reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação ou autorizadas ao funcionamento pela Secretaria Estadual de Educação), responsáveis para expedir a documentação escolar dos alunos, e 99 escolas “Polos” (em sua maioria municipal, localizadas na área rural), onde são ministradas as aulas. Segundo o mesmo documento, a Secretaria Estadual de Educação de Rondônia oferta Ensino Fundamental e Médio em escolas localizadas em Áreas Quilombolas, atendendo um total de 161 (cento e sessenta e um) alunos, sendo 95 (noventa e cinco) de Ensino Fundamental e 66 (sessenta e seis) de Ensino Médio. A oferta ocorre em 6 comunidades distribuídas em dois CREs: São Francisco do Guaporé e Rolim de Moura. Ainda segundo o mesmo documento, no ano de 2014 tínhamos um quantitativo de 4.656 alunos matriculados no Ensino Médio do Campo no Estado de Rondônia, somados aos 813 alunos das seis Escolas Famílias

Agrícolas (também uma modalidade de Ensino no Campo), tínhamos um quantitativo de 5.469 alunos regularmente matriculados no Ensino Médio no Campo, o que representa um número bastante relevante para uma população rural que engloba 26,7% da população no Estado.

É neste contexto que o IFRO entende que o Técnico em Cooperativismo encontra espaço no cenário da agricultura e pecuária do Estado por se tratar de um profissional em condições de criar e viabilizar atividades de cooperativismo, tendo em vista as potencialidades da Região. Dessa forma, a Instituição estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à população da localidade, proporcionando a oportunidade de crescer no campo e contribuir com a melhor distribuição de renda no campo.

O técnico em cooperativismo, por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos deverá ser capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico da Região. Poderá, com o conhecimento da realidade local, contribuir de modo significativo para melhorar a vida no campo. Valorizando a mão de obra e os produtos locais. Por esta razão, o curso possibilitará formar pessoas locais para cooperar com o crescimento regional.

Cooperar significa trabalhar simultaneamente ou coletivamente com outras pessoas na busca por um objetivo comum. A palavra “Cooperar” deriva etimologicamente da palavra latina “*cooperari*”, formada por “*cum*” (com) e “*operari*” (trabalhar); ela significa trabalhar juntamente com os outros para um mesmo fim.

Cooperação é o método de ação pelo qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento, no qual os direitos de todos são iguais e a sobra alcançada é repartida somente entre os associados, na proporção de sua participação na atividade societária. E a forma de trabalho que, no mesmo lugar e em equipe, trabalha-se planejadamente no mesmo processo de produção ou em processos distintos. Em sentido *lato*, significa: ato de unir e coordenar meios e esforços de cada um para a realização de uma atividade comum, visando um resultado procurado por todos.

Cooperativismo, “é uma doutrina que tem como objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação, formadas por indivíduos livres que realizam a gestão da produção e que participariam igualmente dos bens produzidos” (TUDO, 1977).

O cooperativismo é um movimento voltado para formas associativas e democráticas de organização da produção do trabalho e do consumo com o foco no

atendimento das necessidades comuns dos seus associados e não apenas no lucro, o que o diferencia dos demais empreendimentos. Embora sejam sociedades sem fins lucrativos, as cooperativas atuam numa economia de mercado e em concorrência com empresas essencialmente privadas.

Apesar das diferenças na propriedade do capital, na destinação dos resultados e na relação com as comunidades, as cooperativas agem em um ambiente competitivo em que predominam o mercado e as empresas capitalistas e, portanto, devem estar bem preparadas.

Diante disso, o sistema cooperativista depara-se com o desafio de atender às demandas sociais de seus cooperados e de seu entorno. E, ao mesmo tempo, desenvolver-se em conformidade com um mercado altamente competitivo. Neste contexto, é de grande importância a formação do cidadão, do trabalhador, agricultor familiar, camponês, para o trabalho em Cooperativas, dando-lhes formação acerca da sua doutrina, de seus pressupostos, de sua forma social, oportunizando participar de forma conjunta e sólida do mercado de bens e serviços.

Em se tratando de Rondônia, a comercialização de produtos, especialmente os advindos da agricultura familiar, é bastante problemática, com grandes variações de oferta e preços, o que dificulta ao agricultor familiar/camponês isoladamente manter-se de forma estável no mercado. Assim, a formação do técnico em cooperativismo ofertada pelo IFRO vai ao encontro da necessidade das comunidades camponesas para a consolidação dos empreendimentos da agricultura familiar/camponesa.

A partir da década 90, o ambiente de crise generalizada (do trabalho assalariado, crise ambiental, moral e ética, etc.), propiciou mudanças nas relações sociais e de trabalho bem como o surgimento de algumas experiências que estão sendo construídas pelos trabalhadores e trabalhadoras e pelos setores populares.

Neste ambiente de busca de alternativas coletivas para a sobrevivência e inserir-se nos mercados cada vez mais competitivos, as formas associativas como grupos informais, associações e cooperativas ganham espaço, em particular no meio rural, conformando o campo da chamada economia solidária e popular (FERREIRA, 2010).

Esses empreendimentos vêm organizando e diversificando as atividades produtivas e orientando democraticamente suas ações para acessar os recursos públicos e integrar melhor seus membros aos diferentes mercados. Desta forma, asseguram outras funções (não mercantis) de interesse comum ou geral que beneficia o reconhecimento, conquistando um apoio institucional e/ou financeiro público (municipal, estadual ou federal), como aponta Sabourin, (2006). Esses

empreendimentos auxiliam na sustentação e melhoria das atividades dos seus membros, eliminando, em parte, o intermediário mais imediato.

As cooperativas, em termos ético/moral, geralmente, adotam um modelo de gestão voltado para os processos de decisão coletiva, democrática e participativa, baseados nos princípios que norteiam o movimento cooperativista mais geral.

Do ponto de vista econômico, as cooperativas têm condições de praticar a equidade e igualdade e permitir a redistribuição dos resultados socioeconômicos de forma proporcional ao trabalho de cada membro. Porém, em muitos casos, a falta de conhecimento e de formação profissional têm impedido que essas estruturas atuem de forma exitosa para produzir o almejado bem-estar social e econômico dos seus associados e da comunidade em que estão inseridas.

Outros desafios são colocados para as cooperativas. Entre eles: a) obstáculos na comercialização; b) dificuldades para o acesso a crédito; c) falta de apoio e assistência técnica; d) insuficiência de recursos para cobrir as despesas e na geração de excedentes para seus membros, que buscam renda para o sustento familiar; e) ausência de infraestrutura para escoar ou vender a produção; f) preços inadequados; g) falta de controle eficiente do fluxo de entrada e saída de recursos; h) carência de controle de qualidade dos produtos; i) dificuldades no processo produtivo; j) dependência de ajuda externa e baixo nível de escolaridade (SENAES, 2009).

Portanto, a sustentabilidade econômica dessas organizações requer, além da compreensão da importância da união e da presença do apoio externo e de conhecimentos mais específicos que poderão ser acessados através de uma capacitação profissional dos envolvidos nas organizações cooperativas e dos interessados em apoiar esses empreendimentos.

A inovação normativa da Lei Nº 11.892 permitiu a ampliação de oferta de cursos de formação profissional em nível médio:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

(...)Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; (BRASIL, 2008)

Todavia, ainda são raras as instituições de ensino que tratam do cooperativismo e que sequer contempla o tema nas disciplinas dos diferentes cursos. Caso de exceção são as escolas agrotécnicas vinculadas às universidades federais, que ainda mantêm a disciplina de cooperativismo em seus cursos técnicos profissionalizantes.

Assim, em atenção às previsões legais e atendendo ao Plano Nacional de Educação conforme Meta 3.10, 10, 11.1 e 11.3 respectivamente:

Meta 3.10: fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar (BRASIL, 2014)

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11.1: expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

Meta 11.3: fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

Com base em todo o exposto quanto às especificidades do campo e quanto às legislações, propõe-se a realização do curso Técnico em Cooperativismo, voltado principalmente para o público da área rural que atualmente tem buscado nas cooperativas de serviços, seja de beneficiamento e/ou de comercialização dos produtos, um canal mais justo e seguro para garantir o acesso aos mercados privados e institucionais, um meio para aumentar suas rendas e ocupações, além de diversificar e melhorar a qualidade da matéria-prima e dos seus produtos finais e, conseqüentemente, melhorar a vida no campo.

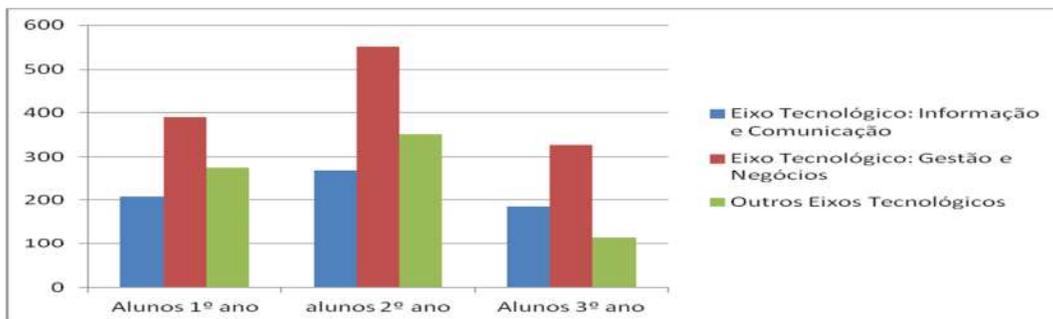
2.2.1 Pesquisa de Demanda

Um dos objetivos da educação é formar indivíduos com valores morais e éticos em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, quando discorremos sobre a educação profissional, atrelamos a estes valores, capacidades técnicas para atuação no mercado de trabalho. Tratando-se do Curso Técnico em Cooperativismo, trata-se de formar cidadãos para o mercado de trabalho local, que terão condições de levar desenvolvimento para si e para a comunidade em que vivem.

A Lei nº 13.243/2016 estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, que define no seu artigo 1º, inciso V como um dos seus princípios: a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas.

Com o objetivo de identificar as necessidades locais de formação, tendo em vista que Rondônia é um estado em crescimento, buscou-se identificar, por meio de uma pesquisa de demanda, quais os ramos de atividades que os estudantes mais almejavam em Porto Velho e utilizar este quadro como uma das referências para a aplicação do questionário de análise da necessidade de capacitação profissional. Os questionários foram distribuídos a 2700 alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio de 08 escolas públicas. A pesquisa demonstrou quais eixos tecnológicos comportam os cursos de interesse da comunidade escolar pesquisada. Observar gráfico abaixo:

Figura 2 – Eixos Tecnológicos



Fonte:
IFRO
(2016).

Percebe-se que os cursos do eixo tecnológico Gestão e Negócios representam uma parcela significativa a ser considerada como instrumento de base para a estruturação de cursos técnicos e tecnológicos que melhor se ajustem ao perfil da região, favorecendo com isso um melhor alinhamento das matrizes curriculares com as demandas tecnológicas atuais, bem como das demandas sociais e culturais das regiões onde os cursos serão ofertados.

Além dos indicadores de interesse por cursos do eixo tecnológico de Gestão e Negócios, apresenta-se como demanda a solicitação de parceria pela rede pública estadual de educação para promoção da formação profissional. Parceria que se mostra como uma oportunidade ímpar para melhorar a qualidade e o alcance do ensino público profissional rondoniense. A demanda visa possibilitar a mediação tecnológica aos alunos da rede estadual e ofertar cursos técnicos, via EaD. Este pretende levar a

educação profissionalizante mediada por tecnologia a regiões de difícil acesso, como zonas rurais, áreas carentes e áreas indígenas.

O objetivo é estabelecer um regime de cooperação e ampliar a oferta de cursos técnicos, democratizando o acesso à educação. É o objetivo do IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte em termos de inclusão. Isto reforça a contribuição do IFRO para a educação no Estado de Rondônia. Além disso, o convênio atende às metas do PNE que visam ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio.

Aliado à demanda educacional e à demanda geral de mercado, o Curso de Técnico em Cooperativismo apresenta-se como um dos cursos do Eixo de Gestão e Negócios e alinha-se aos objetivos de promoção da educação, de qualificação do homem do campo e de melhoria na organização produtiva do Estado de Rondônia.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte, estruturado para oferecer educação a distância, poderá atender à demanda dos municípios do Estado de Rondônia e estados parceiros. Deste modo, o IFRO cumpre seu papel de contribuir para a evolução social e econômica do Estado e do País.

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Objetivos gerais

Formar profissionais plenos e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico para atuarem nas diversas modalidades de cooperativas e empreendimentos afins, de forma ética e responsável e com viabilidade econômica sustentável.

2.3.2 Objetivos específicos

- I. Atender à demanda social da região na área de gestão cooperativista;
- II. Preparar profissionais com conhecimentos técnicos que lhes permitam executar atividades de organização e assessoramento de cooperativas;
- III. Desenvolver competências e habilidades, conhecimento e atitudes necessárias ao planejamento das atividades e gerenciamento da organização cooperativa;
- IV. Arquitetar habilidades pedagógicas participativas e cooperativas que possam ser replicadas no cotidiano das cooperativas;
- V. Identificar as necessidades e potencialidades locais para a atuação cooperativista;

- VI. Efetuar atividades nas negociações bancárias e nos setores de tesouraria, contabilidade, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preços;
- VII. Aproveitar os recursos naturais de forma consciente e sustentável;
- VIII. Utilizar ferramentas gerenciais aplicadas à gestão cooperativista;
- IX. Aplicar técnicas de planejamento, organização, execução, controle e avaliação dos processos produtivos e/ou de serviços, de beneficiamento, comercialização e dos ciclos de gestão;
- X. Compreender o papel social das cooperativas no cenário da economia local, regional e nacional;
- XI. Construir um perfil ético e de trabalho em equipe dentro dos valores do cooperativismo (cooperação, equidade, democracia, solidariedade etc.).

3 METODOLOGIA

3.1 CONCEPÇÃO CURRICULAR

O ensino, independente da modalidade, deve sempre inspirar-se, conforme o Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da nossa Educação Nacional, na liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Assim, esta metodologia buscará sempre promover liberdade de pensamento, a reflexão crítica, e a solidariedade atrelada à ação responsável que prepara para a cidadania e para atuar no mundo do trabalho, tendo em vista peculiaridades das necessidades e potencialidades locais.

Ainda com base nos princípios estabelecidos na LDB, Art. 3º, inciso I, X e XI, primando por possibilitar a igualdade de condições de acesso, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais é que na oferta deste curso, busca-se ampliar as oportunidades educacionais para os trabalhadores do Campo, por meio do incremento da experiência prática com a formação e qualificação profissional.

Segundo a Resolução nº 6/2012/CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, especialmente em seu artigo 6º, a proposta metodológica dos cursos deve primar pela relação e articulação entre a formação geral e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante.

Ainda, a Resolução nº 6/2012/CNE define as formas de oferta da Educação Profissional, com fulcro no artigo 3º e 7º:

Art. 3º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica.

Art. 7º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas *articulada* e *subsequente* ao Ensino Médio:

I - a *articulada*, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

a) *integrada*, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;

b) *concomitante*, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;

Ao abordar a dimensão curricular e metodológica dos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD), o Conselho Nacional de Educação/MEC entende que podem ser consideradas atividades não presenciais aquelas mediadas pelo ambiente virtual de aprendizagem, mas também pelo uso de computador, televisão, materiais impressos ou outros, desde que devidamente orientadas pelo professor. Nos termos do artigo 1º do Decreto nº 5.622/2005:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a **mediação didático-pedagógica** nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de **meios e tecnologias de informação e comunicação**, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em **lugares ou tempos diversos**. (grifo nosso)

Desta forma, o curso de Técnico em Cooperativismo será ofertado na forma articulada concomitante ao Ensino Médio na modalidade a distância.

Com base na abordagem construtivista, entende-se a EaD como uma prática educativa que busca aproximar o saber do aprendiz. Ou seja, “o conhecimento é construído pelo aprendiz em cada uma das situações em que ele está utilizado ou experimentado” (HACK, 2011, p.16).

Nesta perspectiva, o currículo assume uma visão pós-estruturalista, posto que parece ser a que possibilita uma maior reflexão da construção de currículo como prática cultural e como prática de significação. De acordo com Silva (2001), o currículo revela-se como o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e o político. Ou seja,

É por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua verdade (SILVA, 2001, p. 10).

O Currículo, de um modo simplificado, é um conjunto de referenciais — conteúdos, experiências e valores — que orientam os procedimentos de conduta. Nas escolas, é a configuração do que se objetiva e se mobiliza para o desenvolvimento das ações; ou seja, é tudo aquilo que se engloba pela e para a formação das pessoas. Para cada modalidade de oferta, a noção de currículo muda. No caso da Concomitância, os princípios de currículo são comutados por mais uma Instituição, uma unidade externa que cumpre uma parte da formação, não suplementar, e sim intercomplementar.

O currículo deve ser visto como um espaço de significação que produz identidades sociais. É neste sentido que a matriz curricular também se revela como uma forma de conversação sobre os modos de produção de significados trabalhados nos componentes curriculares específicos do Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio, com base na exploração da natureza profunda e complexa da condição humana e suas relações nos contextos econômicos, sociais, políticos e culturais.

O currículo será desenvolvido em Componentes Curriculares, distribuídos por semestres, de acordo com a carga horária prevista. O desenvolvimento do currículo busca metodologias de ensino cujas ações promovam aprendizagens mais significativas e sintonizadas com as exigências e objetivos do curso, o que torna necessário o estabelecimento de relação entre teoria e prática.

O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiência que preparem os alunos para o exercício de sua profissão.

É prioritário estabelecer a relação entre a teoria e a prática. O processo de ensino e aprendizagem deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos em experiências que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio ou com o alternativo trabalho de conclusão de curso; serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação.

Deste modo, o Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio, na modalidade EaD, será implantado pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte, e pode se estender aos demais *campi* do IFRO e a outras regiões ou instituições, conforme o estabelecimento de parcerias ou acordos. O currículo caracteriza-se como expressão coletiva, e deve ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar.

Qualquer alteração deverá ser feita sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais, conforme previsto na Resolução nº 42/2010 do IFRO.

3.1.1 Operacionalização

O Curso Técnico de Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio será ofertado conforme o Regulamento de Organização Acadêmica - Resolução nº 6/2016/CONSUP/IFRO, no que se refere aos aspectos específicos da modalidade, quanto aos aspectos da formação profissional técnica.

O Curso Técnico de Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio corresponde a uma modalidade de formação técnica com matrícula dupla para cada aluno, uma relativa ao Ensino Médio público e outra à formação profissional específica.

A Coordenação de Registros Acadêmicos será a responsável pela efetivação da matrícula, bem como pela organização de toda a documentação desses alunos em pastas individuais, organização de notas em boletim, dentre outras atividades pertinentes. A matrícula acontecerá de forma periódica e, ao final de cada semestre letivo, o aluno deverá efetuar sua rematrícula no curso até que chegue ao final de seu itinerário formativo.

A operacionalização consiste na previsão da oferta do Curso Técnico de Cooperativismo pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte/IFRO, responsável pela formação profissional específica, em articulação com as unidades da rede pública de ensino - SEDUC, que oferece o Ensino Médio.

A Concomitância será executada numa relação entre o Ofertante (IFRO) e a Demandante (SEDUC) e nos termos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, com destaque:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - **articulada com o ensino médio;**

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho

3.1.1.1 Das Responsabilidades do IFRO:

O IFRO oferta o curso com formação profissional organizado de forma articulada concomitante ao Ensino Médio na modalidade a distância.

Para fins de tramitação dos instrumentais pedagógicos que subsidiam as aulas EaD é utilizada a estrutura do ambiente virtual de aprendizagem, as ferramentas que lhe são pertinentes e demais elementos que requeiram essas tecnologias. Os conteúdos audiovisuais dos cursos na modalidade a distância do IFRO – *Campus* Porto Velho Zona Norte são produzidos nos estúdios de geração e produção audiovisual.

Para gestão administrativa e pedagógica há uma coordenação de curso que planeja, executa, monitora, controla e avalia as ações educacionais. Além disso, é responsável pela gerência dos aspectos pedagógicos, bem como por coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso.

A metodologia dos cursos é desenvolvida no modelo Presencial Virtual baseado na educação interativa, significativa e flexível com uso de recursos tecnológicos como suporte.

O processo educativo consiste na autoaprendizagem: a partir das orientações do curso, o aluno conduz o seu próprio processo de aprendizagem, tendo como base estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências.

Os registros das atividades presenciais e EaD seguem a mesma regularidade atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e aos requisitos de qualidade da formação em EaD.

O Curso será realizado com encontros presenciais semanalmente, com rematrículas efetuadas semestralmente e possuem a seguinte estrutura:

a) Aulas Presenciais: com sessões presenciais para cumprimento da carga horária de cada componente curricular. As atividades avaliativas são obrigatórias, podendo acarretar a reprovação do aluno.

A estrutura é baseada na educação interativa, significativa e prática, pautada nos princípios da autonomia, cooperação e interação.

As aulas consistem em encontros presenciais que ocorrem uma vez por semana, transmitidos às unidades escolares, e compreendem uma estrutura didática ministrada pelo professor com gravação em estúdio e utilização de recursos tecnológicos de apoio pedagógico, sendo ofertadas conforme a sequência da matriz e de acordo com calendário específico. O encontro semanal presencial é composto por 3 momentos:

- exposição do conteúdo;
- atividade em sala;
- interação.

As aulas contam com o acompanhamento de um professor presencial de responsabilidade da demandante. O suporte a esse professor presencial é realizado por meio da coordenação de curso e equipe pedagógica.

b) Estudos a Distância: Os estudos a distância estão apoiados em atividades complementares: as atividades de percurso de natureza acumulativa e nos aprofundamentos temáticos decorrentes de leituras e acompanhamento didático.

c) Atividades de Percurso (AP): são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e que visam a complementação dos estudos podendo ser realizadas por meio das ferramentas disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem e/ou na forma de estudos e desenvolvimento de atividade práticas pelo estudante, demonstradas por meio de propostas diversas como resenhas, relatórios, artigos, demonstrações, ensaios, resolução de exercícios, entre outras concebidas e orientadas pelos professores, sendo:

d) Atividades Integradoras: atividades que estimulem a aplicabilidade no trabalho bem como a produção acadêmica de conhecimento, desenvolvidas de modo integrado ao fim de cada módulo.

Deste modo, o curso é estruturado para o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiência prática ao longo do processo de formação. Somam-se ao processo os recursos pedagógicos necessários ao ensino a distância, tais como: vídeos, animações, simulações, *links*, atividades interativas com professores, tutores e alunos, possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento.

Qualquer alteração deverá ser feita sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais, de acordo com a previsão legal vigente.

3.1.1.2 Das Responsabilidades da SEDUC:

A SEDUC oferta ensino médio regular ou do campo presencial com mediação tecnológica para formação profissional.

São de responsabilidade da demandante a seleção e encaminhamento dos estudantes para a matrícula no curso de formação profissional.

Para ingressar nos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio incluindo-se aqueles na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá ter concluído o Ensino Fundamental e estar cursando o Ensino Médio. A renovação de matrícula para os alunos dos cursos técnicos concomitantes ao ensino médio está condicionada à apresentação de declaração de continuidade de estudos ou de conclusão do ensino médio.

A equipe pedagógica designada pela SEDUC assume a gestão administrativa e pedagógica do curso com relação às tratativas com as unidades escolares e outros agentes educacionais que participam do processo na estrutura da Secretaria.

O suporte às aulas EaD nas unidades escolares é feito por intermédio de um professor presencial de responsabilidade da demandante. O professor presencial realiza o acompanhamento da aula quanto à operacionalização local em termos estruturais e de apoio didático.

É de competência da SEDUC:

- Acompanhar e coordenar as atividades nas unidades escolares;

- Oferecer apoio pedagógico e administrativo e acompanhar os estudantes durante a veiculação da aula;
- Responsabilizar-se pela abertura das salas, testagem e suporte técnico dos equipamentos dos tecnológicos, além de manutenção e guarda.

3.1.2 Norteadores organizacionais das Atividades EaD

São norteadores organizacionais para realização das Atividades não presenciais, aqui definidas como atividades de percurso:

- o planejamento e registro da utilização das atividades não presenciais, bem como os recursos utilizados e os aspectos avaliativos devem ser previstos no Plano de ensino;
- o acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos alunos durante o período programado;
- a participação dos alunos nas atividades deve possuir caráter formador e avaliativo, atender o sistema de notação do regulamento de organização acadêmica.

O registro das atividades incluem orientações que explicam os procedimentos das atividades que serão desenvolvidas, pontuando a apresentação do conteúdo para o aluno, bem como, direcionamentos e orientações para a realização do seu estudo.

Para cada proposta de atividade devem ser criados os itens a serem disponibilizadas, com definição dos objetivos, conteúdo, atividade, material, carga horária e forma de avaliação.

3.1.3 Prospecção da Carga Horária

A metodologia do Curso Técnico de Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio é desenvolvida no modelo semipresencial, baseado na educação interativa e significativa com uso de recursos tecnológicos como suporte.

Todos os componentes curriculares ocorrem via transmissão de aulas gravadas em estúdio, com tutoria presencial. O curso está estruturado em módulos curriculares, cujas disciplinas são transmitidas a demandante/SEDUC e veiculadas nas unidades escolares. Nos termos do artigo 33 da Resolução nº 6/2012/CNE:

Art. 33 Os cursos técnicos de nível médio oferecidos, na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, **no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial**, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino. (grifo nosso)

Assim, a Matriz Curricular compõe-se por esta divisão: cada disciplina tem 20% da carga horária executada de forma presencial e os demais 80% ofertados a distância. A diferença entre a soma da carga horária em EaD por disciplina e a conversão direta entre hora-aula e hora-relógio deve-se aos arredondamentos.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação/MEC podem ser consideradas atividades não presenciais aquelas mediadas pelo ambiente virtual de aprendizagem, mas também pelo uso de computador, televisão, materiais impressos ou outros, desde que devidamente orientadas pelo professor.

Nesse sentido, a mediação tecnológica agrega-se às ferramentas de interação, pois se somam ao processo os recursos tecnológicos da educação a distância, tais como vídeos, animações, simulações, possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e acesso à informação e à construção do conhecimento.

Ainda faz parte da estrutura a prática profissional supervisionada, entendida como componente curricular executado de modo exclusivamente presencial.

Portanto, o Curso Técnico de Cooperativismo na modalidade de educação a distância prevê a seguinte prospecção da carga horária:

a) Momentos presenciais – 20%: aulas ministradas por professores qualificados e transmitidas via satélite; o material didático é o suporte para a abordagem e a discussão dos conteúdos. Os docentes conduzem e orientam os alunos neste processo com o apoio de tutores presenciais, para esclarecimentos complementares; há, ainda, uma avaliação presencial.

b) Atividades não presenciais/EaD – 80%: o estudo a distância consiste no aprofundamento dos conteúdos e estão apoiados em atividades complementares – as atividades de percurso que são impressas, avaliativas, desenvolvidas ao longo da disciplina, disponibilizada pelo professor para complementação dos estudos.

c) Prática profissional supervisionada: visa proporcionar ao estudante a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao campo de atuação profissional orientada para a organização de cooperativas e de outros empreendimentos da economia solidária e popular, com base nos princípios filosóficos e legais do cooperativismo. Justifica-se pela necessidade de vivências intensivas do estudante com o seu futuro campo de atuação profissional. Para este projeto desenvolve-se na forma de estágio supervisionado ou atividade que a este se equipara é definido na modalidade obrigatório contemplando no mínimo 100 horas de duração e consiste em requisito para obtenção de diploma.

A prospecção da carga horária assim definida permite associar os pressupostos de formação humana e aqueles necessários a habilitação profissional a que se vincula aos elementos tecnológicos.

3.2 Matriz Curricular

O Curso Técnico em Cooperativismo concomitante ao Ensino Médio é voltado para a perspectiva de formar o sujeito para a organização dos processos produtivos no campo.

A matriz curricular do Curso Técnico de Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio está estruturada de acordo com o que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e nos termos do Artigo 13 Resolução nº 6/2012/CNE, para a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, implica-se considerar:

I - a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;

II - o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social.

O curso técnico está organizado em itinerários formativos definidos como módulos letivos, e envolve disciplinas distribuídas em dois núcleos: o núcleo profissionalizante e o complementar.

a) Núcleo Profissionalizante: Composto por disciplinas específicas do Currículo do Curso Técnico de Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio, conforme o que a legislação determina. As disciplinas deste núcleo agregam à formação interdisciplinar dos alunos os saberes e conhecimentos necessários para a formação técnica, humana e social. As disciplinas consolidam uma formação do aluno com vistas ao preparo para o trabalho e a vida em sociedade.

b) Núcleo Complementar: Integra a Prática Profissional Supervisionada da formação pretendida e mostra a amplitude do trabalho do Técnico em Cooperativismo na área de conhecimento Gestão e Negócios para formação, atuação e manutenção no campo.

Ainda, a Matriz está pautada na análise dos conceitos, termos e matrizes do curso ofertado dentro da Rede Federal de EPCT, visando à equalização e unificação do sistema acadêmico, mas garantindo a atualização curricular conforme organização abaixo descrita.

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio

CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE Matriz aprovada pela Resolução nº 10/CEPEX/IFRO/2016							
Organização conforme a LDB 9.394/96, Art. 36, e a Resolução CEB/CNE 6/2012 - Duração da aula: 50 minutos							
Períodos/ Módulos/ Etapas ²	Disciplinas	Semanas letivas	Número de aulas		TOTAL (Hora- Aula)	TOTAL (Hora- Relógio)	
			Tele presencial	EaD			
PRIMEIRO MÓDULO	E1	Introdução à Informática	4	8	32	40	33,33
		Português Instrumental		8	32	40	33,33
	E2	Introdução ao cooperativismo	4	8	32	40	33,33
		Fundamentos do Mundo do Trabalho		8	32	40	33,33
	E3	Economia Regional	4	8	32	40	33,33
		Legislação e tributação das cooperativas		8	32	40	33,33
Subtotal 1			12	48	192	240	200
SEGUNDO MÓDULO	E1	Fundamentos da Administração	4	8	32	40	33,33
		Matemática Financeira Aplicada		8	32	40	33,33
	E2	Constituição e Educação Cooperativista	4	8	32	40	33,33
		Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional		8	32	40	33,33
	E3	Contabilidade de Empresas Cooperativistas I	4	8	32	40	33,33
		Ramos do Cooperativismo		8	32	40	33,33
Subtotal 2			12	48	192	240	200
TERCEIRO MÓDULO	E1	Técnicas de Negociação	4	8	32	40	33,33
		Gestão de Marketing		8	32	40	33,33
	E2	Gestão da qualidade	4	8	32	40	33,33
		Gestão Estratégica em Cooperativas		8	32	40	33,33
	E3	Contabilidade de Empresas Cooperativistas II	4	8	32	40	33,33
		Operações de cooperativas		8	32	40	33,33
Subtotal 3			12	48	192	240	200
QUARTO MÓDULO	E1	Segurança, Saúde e Meio Ambiente	4	8	32	40	33,33
		Plano de Negócio		8	32	40	33,33
	E2	Ética Profissional e Cidadania	4	8	32	40	33,33
		Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo		8	32	40	33,33
	E3	Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas	4	8	32	40	33,33
		Elaboração e Gestão de Projetos		8	32	40	33,33
Subtotal 4			12	48	192	240	200
Subtotal Geral			48	192	768	960	800
Núcleo Complementar		Prática Profissional Supervisionada				120	100
Carga Horária Total do Curso						1.080	900 ³

Fonte: IFRO (2016)

3.3 Eixos Formadores

O curso compõe-se de eixos e dimensões formadoras que se definem como concepções integradoras entre as disciplinas de núcleo profissionalizante e do núcleo complementar e os objetivos do curso, articulando-se em torno da formação humanística, técnica e social, conforme quadro a seguir.

Quadro 2: Eixos e Dimensões Formadoras

² A estrutura do curso configura-se em módulos com vistas ao cumprimento da carga horária, conforme definições das especificidades da modalidade EaD – em atenção ao §1º do artigo 1º do Decreto nº 5.622/2005. Cada módulo é composto por quatro etapas sequenciais para cumprimento do currículo, com a ocorrência de duas disciplinas, concomitantemente.

³ A carga horária apurada na conversão de hora-aula em hora-relógio foi considerada a soma global dos tempos de cada disciplina, em vista de que os valores por semestre têm fracionamentos e impedem um resultado exato. Como as disciplinas são cumpridas pela hora-aula estabelecida, não há prejuízos na duração mínima do curso.

Eixo Formador	Dimensão	Disciplinas/Atividades
Instrumentalização e desenvolvimento da competência técnica	O sujeito e a construção do conhecimento técnico aplicado ao setor tecnológico	Português instrumental
		Introdução ao cooperativismo
		Introdução à Informática
		Fundamentos do Mundo do Trabalho
		Gestão de Qualidade
		Gestão de <i>Marketing</i>
Efetivação dos processos de gerenciamento e aplicação dos conceitos	Normatização da Ação humana, coletiva e responsável do técnico em cooperativismo.	Ética Profissional e Cidadania
		Constituição e Educação Cooperativista
		Legislação e tributação das cooperativas
Ação e produção: sustentáculos da prática profissional do técnico em Cooperativismo	A construção da prática profissional e a intervenção na sociedade	Elaboração e Gestão de Projetos
		Contabilidade de Empresas Cooperativistas I e II
		Técnicas de Negociação
		Economia Regional
		Matemática Financeira Aplicada
		Ramos do Cooperativismo
		Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional
		Gestão Estratégica em Cooperativas
		Operações de cooperativas
		Segurança, Saúde e Meio Ambiente
		Plano de Negócio
		Prática profissional
Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas		
Atividades Complementares	A amplitude do trabalho educativo junto à sociedade rondoniense	Elaboração e Gestão de Projetos
		Prática Profissional Supervisionada
		Estágio não obrigatório, visitas técnicas, jogos, mostras, seminários, pesquisa, atividades laboratoriais e outras.

Fonte: IFRO (2016)

Quadro 3: Objetivos e Dimensões Formadoras

Objetivos	Disciplinas
Preparar profissionais com conhecimentos técnicos que lhes permitam executar atividades de organização e assessoramento de cooperativas;	Introdução ao cooperativismo; Português instrumental; Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional; Legislação e tributação das cooperativas; Introdução à Informática; Constituição e Educação Cooperativista; Plano de Negócio; Ética Profissional e Cidadania; Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas; Elaboração e Gestão de Projetos.
Atender à demanda social da região na área de gestão cooperativista;	Economia Regional; Gestão de Marketing; Plano de Negócio; Elaboração e Gestão de Projetos.

Desenvolver competências e habilidades, conhecimento e atitudes necessárias ao planejamento das atividades e gerenciamento da organização cooperativa;	Ética Profissional e Cidadania; Operações de cooperativas; Segurança, Saúde e Meio Ambiente; Constituição e Educação Cooperativista; Contabilidade de Empresas Cooperativistas I e II; Técnicas de Negociação; Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas; Gestão Estratégica em Cooperativas Elaboração e Gestão de Projetos.
Arquitetar habilidades pedagógicas participativas e cooperativas que possam ser replicadas no cotidiano das cooperativas;	Fundamentos do Mundo do Trabalho; Constituição e Educação Cooperativista; Elaboração e Gestão de Projetos.
Identificar as necessidades e potencialidades locais para a atuação cooperativista;	Economia Regional; Gestão de Marketing; Elaboração e Gestão de Projetos.
Efetuar atividades nas negociações bancárias e nos setores de tesouraria, contabilidade, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preços;	Plano de Negócio; Matemática Financeira Aplicada; Fundamentos da Administração; Gestão de Qualidade; Contabilidade de Empresas Cooperativistas I e II; Técnicas de Negociação; Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas.
Aproveitar os recursos naturais de forma consciente e sustentável;	Economia Regional; Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo; Gestão de Marketing.
Utilizar ferramentas gerenciais aplicadas à gestão cooperativista;	Legislação e tributação das cooperativas; Ramos do Cooperativismo; Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas; Elaboração e Gestão de Projetos.
Aplicar técnicas de planejamento, organização, execução, controle e avaliação dos processos produtivos e/ou de serviços, de beneficiamento, comercialização e dos ciclos de gestão;	Contabilidade de Empresas Cooperativistas I e II; Técnicas de Negociação; Plano de Negócio; Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas.
Compreender o papel social das cooperativas no cenário da economia local, regional e nacional;	Economia Regional; Constituição e Educação Cooperativista; Ética Profissional e Cidadania; Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas.
Construir um perfil ético e de trabalho em equipe dentro dos valores do cooperativismo (cooperação, equidade, democracia, solidariedade etc.).	Ética Profissional e Cidadania; Legislação e tributação das cooperativas; Operações de cooperativas; Segurança, Saúde e Meio Ambiente; Constituição e Educação Cooperativista; Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas; Elaboração e Gestão de Projetos.

Fonte: IFRO (2016)

3.4 Critérios de Aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos

O aproveitamento consiste na prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em um ou mais componentes curriculares, com resultado suficiente para aprovação atestada por instituições de ensino reconhecidas.

O aproveitamento de estudos poderá acontecer de acordo com a oferta dos cursos, podendo ser parcial ou total, com atenção aos requisitos de integralização dos conteúdos e da carga horária, levando-se em conta a realidade da instituição que as ofereceu e do IFRO, conforme as orientações contidas no Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO.

3.4.1 Critérios de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação no IFRO é vista como um processo contínuo e abrangente que considera o aluno em sua integralidade, objetivando ser coerente com a ideia de formação de um profissional que tenha a dimensão de seu papel social e a consciência da função social da instituição/empresa em que atua.

É entendida como parte inerente ao processo de ensino e seus resultados devem servir para orientação da aprendizagem, cumprindo uma função eminentemente educacional. Pauta-se na concepção formativa de um profissional pleno e com competências técnicas e tecnológicas para atuar nas diversas áreas relativas ao curso.

O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Para a modalidade EaD, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, em seu Art. 4º, estabelece:

A Avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

I - cumprimento das atividades programadas;

II - realização de exames presenciais.

§ 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Para a avaliação do desempenho, deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor.

O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e continuidade.

A estrutura proposta observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno. Contempla uma avaliação escrita presencial e atividades de percurso com a utilização do ambiente virtual de aprendizagem. As atividades de percurso são avaliações (fórum, tarefa, questionário e outras estratégias) indicadas pelos professores, postadas no ambiente e desenvolvidas durante a disciplina, com vistas ao enriquecimento e

integralização dos estudos.

O percentual da avaliação e atividades de percurso está assim distribuído, na composição da nota final em cada disciplina:

- As atividades de percurso no AVA correspondem a 40% da nota final;
- A Avaliação Escrita Presencial corresponde a 60% da nota final.

O processo avaliativo ainda prevê estratégias complementares, de favorecimento à progressão, como a avaliação em segunda chamada, a recuperação e o exame final. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação.

Devido ao formato do curso concomitante, serão adotados os critérios de avaliação de aprendizagem utilizados nos cursos Concomitantes.

3.4.2 Promoção, retenção e recuperação

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção e recuperação estão contidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Não havendo a possibilidade de reoferta do curso pelo *campus*, serão adotadas estratégias especiais em favor da promoção e recuperação de alunos, a saber:

- a) Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;
- b) Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao Exame Final, após discussões em Conselho de Classe e as recomendações deste;
- c) Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos por meio de ações da Coordenação de Apoio ao Ensino e da Coordenação de Assistência ao Educando;
- d) Se houver recursos e professores, poderá ser disponibilizadas disciplinas em oferta especial.

3.5 Prática Profissional

A Prática Profissional Supervisionada no Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio consiste numa das principais necessidades para a efetivação do curso, por se tratar de uma área que requer intensiva vivência do formando nos locais próprios de sua atuação. Trata-se de uma proposta que ratifica as atividades específicas do estágio supervisionado, bem como possibilita a realização de atividades suplementares, objetivando uma ampliação significativa das chances dos

discentes concluírem o curso e vivenciarem as experiências reais de trabalho, conforme previsto pela Resolução nº 6/2012/CNE.

Art. 21 A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio.

§ 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

§ 2º A prática profissional supervisionada, caracterizada como prática profissional em situação real de trabalho, configura-se como atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional.

§ 3º O estágio profissional supervisionado, quando necessário em função da natureza do itinerário formativo, ou exigido pela natureza da ocupação, pode ser incluído no plano de curso como obrigatório ou voluntário, sendo realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da Lei nº 11.788/2008 e conforme Diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

A prática profissional supervisionada é um procedimento didático-pedagógico que contextualiza os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico profissional relacionado ao aperfeiçoamento contínuo da dimensão humana dos discentes.

Assim, a Prática Profissional Supervisionada, no Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio, é de caráter obrigatório, e consiste em um dos meios para a efetivação do curso por se tratar de uma área que requer intensiva vivência do formando nos locais próprios de sua atuação. É um procedimento didático-pedagógico que contextualiza os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico profissional relacionado ao aperfeiçoamento contínuo da dimensão humana dos discentes.

O técnico em cooperativismo é o profissional que atua na formação e na gestão de cooperativas, oferecendo apoio e desenvolvimento de ações aos projetos e na constituição das cooperativas em comunidades locais, estimulando a formação dos agricultores/camponeses nos diferentes segmentos e orientando-os quanto aos princípios fundamentais para a formação cooperativista. Sua formação técnica garante

a consolidação dos empreendimentos criados, além de promover o desenvolvimento local articulado aos processos de democratização e justiça social.

Neste sentido, em observância à realidade local em que os discentes encontram-se inseridos, no tocante a poucas cooperativas em funcionamento e as condições operacionais de realização da prática profissional nos cursos de educação a distância, faz-se necessário a sugestão de modos alternativos, a saber:

- a) **Prática Profissional Intrínseca ao Currículo;**
- b) **Prática Profissional Supervisionada;**

3.5.1 Prática Profissional Intrínseca ao Currículo

Nos termos previstos na legislação, a prática profissional intrínseca ao currículo está continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos.

No curso Técnico de Cooperativismo, o atendimento ao perfil formativo de constituição das cooperativas que visem colaborar no desenvolvimento socioeconômico de acordo com os arranjos produtivos locais da região está disseminado no currículo, e pode ser apresentado de acordo com a seguinte disposição:

- a) Com vistas à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas os elementos curriculares relativos à constituição de cooperativas estão disseminados nas ementas das disciplinas de Português Instrumental, Legislação e Tributação das Cooperativas, Fundamentos da Administração, Constituição e Educação Cooperativista, Contabilidade de Empresas Cooperativistas I e Plano de Negócio;
- b) No mesmo sentido, os temas relacionados a aspectos gerenciais da sociedade cooperativa encontram-se dispostos dentro dos elementos curriculares de Fundamentos da Administração, Constituição e Educação Cooperativista, Técnicas de Negociação, Gestão de Marketing, Gestão Estratégica de Cooperativas, Operações Cooperativas, Contabilidade de Empresas Cooperativas II, Plano de Negócio e Elaboração e Gestão de Projetos;
- c) Quanto aos elementos curriculares que garantem o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias a elaborar estratégias de organização e avaliação das atividades de uma cooperativa e dos resultados

obtidos, bem como os referentes à destituição de uma cooperativa e emissão de relatório podem ser visualizados nas disciplinas de Contabilidade de Empresas Cooperativas, Gestão Estratégica de Cooperativas, Legislação e Tributação de Cooperativas, Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas, Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa;

Destarte, traçam-se os quadros de integração pedagógica e técnico-profissional empregado para o estabelecimento das relações de interdisciplinaridade com base nas unidades de ensino – que compõem a macro área educacional, o núcleo de formação e as disciplinas a fim de considerar a contextualização e a flexibilidade na construção global do perfil profissional.

Quadro 4 — Integração Pedagógica e Técnico-Profissional

UNIDADES DE ENSINO	NUCLEO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS
Gestão	PROFISSIONAL	Fundamentos da Administração
Gestão	PROFISSIONAL	Técnicas de Negociação
Gestão	PROFISSIONAL	Gestão da Qualidade
Gestão	PROFISSIONAL	Gestão de <i>Marketing</i>
Gestão	PROFISSIONAL	Plano de Negócio
Cooperativismo	PROFISSIONAL	Introdução ao cooperativismo
Cooperativismo	PROFISSIONAL	Fundamentos do Mundo do Trabalho
Cooperativismo	PROFISSIONAL	Constituição e Educação Cooperativista
Cooperativismo	PROFISSIONAL	Ramos do Cooperativismo
Cooperativismo	PROFISSIONAL	Gestão Estratégica em Cooperativas
Cooperativismo	PROFISSIONAL	Operações de cooperativas
Cooperativismo	PROFISSIONAL	Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas
Economia e Métodos Quantitativos	PROFISSIONAL	Estatística Aplicada
Economia e Métodos Quantitativos	PROFISSIONAL	Introdução à Economia
Economia e Métodos Quantitativos	PROFISSIONAL	Economia Regional
Economia e Métodos Quantitativos	PROFISSIONAL	Matemática Financeira Aplicada
Economia e Métodos Quantitativos	PROFISSIONAL	Gestão de Qualidade
Economia e Métodos Quantitativos	PROFISSIONAL	Contabilidade de Empresas Cooperativistas I
Economia e Métodos Quantitativos	PROFISSIONAL	Contabilidade de Empresas Cooperativistas II
Direito	PROFISSIONAL	Legislação e tributação das cooperativas
Direito	PROFISSIONAL	Ética Profissional e Cidadania
Ferramentas e instrumentais	PROFISSIONAL	Português Instrumental
Ferramentas e instrumentais	PROFISSIONAL	Introdução à Informática
Ferramentas e instrumentais	PROFISSIONAL	Elaboração e Gestão de Projetos
Meio Ambiente e Sustentabilidade	PROFISSIONAL	Segurança, Saúde e Meio Ambiente
Meio Ambiente e Sustentabilidade	PROFISSIONAL	Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo

Relação teoria-prática	COMPLEMENTAR	Prática Profissional Supervisionada
Relação teoria-prática	COMPLEMENTAR	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa

Fonte: IFRO (2016)

Outrossim, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, bem como a contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade de tal sorte que as temáticas de empreendedorismo, ética, meio ambiente e direitos humanos e cidadania permeiam todo o currículo sendo contempladas do primeiro ao quarto módulo nas disciplinas de Economia Regional, Legislação e Tributação de Cooperativas, Constituição e Educação Cooperativa, Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa, Segurança, Saúde e Meio Ambiente, Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo, Ética Profissional e Cidadania, Gestão Estratégica em Cooperativas.

3.5.2 Prática Profissional Supervisionada

O discente terá que constituir uma cooperativa, através de simulações do processo de **Criação de uma Cooperativa**, definindo qual o segmento de cooperativa a ser criada, iniciando o processo de elaboração do projeto, baseada nas seguintes fases:

- 1) Aspectos legais de constituição da sociedade cooperativa: compreende realizar a assembleia para sua deliberação; elaborar a ata de constituição da cooperativa; elaboração do estatuto; lista nominativa dos cooperados; levantamento dos documentos necessários; realização da abertura da cooperativa: inscrição na Receita Federal, JUCER, inscrição na UNICAFES ou OCB entre outros.
- 2) Aspectos gerenciais da sociedade cooperativa: consiste em elaborar um plano de negócio de uma cooperativa em qualquer segmento, dando organicidade ao empreendimento coletivo.
- 3) Elaborar estratégias de organização e avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos, apresentando-os à banca para avaliação em sala de aula.

Os discentes deverão produzir a descrição do processo de simulação de constituição, do funcionamento e da destituição de uma cooperativa por meio de relatório apresentado à banca para avaliação.

A prática profissional supervisionada ainda poderá ser realizada mediante estágio.

Este projeto prevê ainda a possibilidade como meio alternativo, em havendo na realidade local de se fazer, a realização das seguintes práticas profissionais.

As alternativas de práticas profissionais supervisionadas poderão ser executadas se houver acordo e parecer da coordenação do curso ou direção de ensino.

a) Estágio Supervisionado: As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso. O Estágio Supervisionado com atendimento à Lei nº11.788/2008, que prevê assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e profissional supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria Instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso, neste caso, cumprindo os princípios da Orientação Normativa nº7/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou a que estiver em vigor no momento.

As formas de realização do estágio deverão ser definidas conforme o Regulamento de Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Manual de Orientação de Estágio, aprovados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. As formas de realização do acompanhamento pedagógico estão disciplinadas no ROA do IFRO.

b) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): O TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e as habilidades desenvolvidas ou os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o curso. Consiste numa alternativa prática a ser desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor do curso. O aluno, a partir da segunda metade do curso, apresentará um projeto de pesquisa voltado para a resolução de um problema de pesquisa aplicada na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, o aluno deverá desenvolver o TCC, versando sobre uma das possíveis resoluções do problema selecionado para a pesquisa, pautado por um adequado embasamento teórico sob a supervisão e orientação do seu professor orientador. A apresentação do TCC, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

c) Cooperativa Modelo: corresponde a espaços profissionais, com adequações estruturais em termos de equipamentos e recursos humanos, voltados para viabilizar a

aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, mediante a disponibilização de horários específicos para prestação de serviços técnicos à comunidade interessada. O aluno, a partir da segunda metade do curso, apresentará um projeto de atividades práticas, característico da área de Cooperativismo ou áreas afins, a serem desenvolvidas na cooperativa modelo, podendo ser aplicadas ou aplicáveis, sob a supervisão e orientação de um professor da área. As atividades programadas contemplarão, no mínimo, 100 horas de duração.

d) Trabalhador: Os estudantes trabalhadores vinculados ao mundo do trabalho, cujas atividades relacionam-se com algumas das áreas temáticas do curso, poderão, mediante apresentação de, respectivamente, contrato social da empresa ou contrato formal de trabalho requerer a substituição do estágio pela equivalência das atividades desenvolvidas. Para isso deverão ser realizadas todas as etapas conforme normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade – CIEEC.

e) Programas de Aprendizagem (como Jovem Aprendiz): Os estudantes podem realizar a prática profissional através da atuação em programas de aprendizagem, tais como Jovem Aprendiz, sendo necessária a apresentação do contrato de aprendizagem, cópia autenticada das partes da CTPS que constem a identificação pessoal e onde fique identificado seu vínculo empregatício e ainda documento descrevendo as atividades desenvolvidas, devidamente assinada e carimbada por sua chefia imediata. Deverão ser realizadas todas as etapas conforme normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade – CIEEC.

Tais propostas têm como base encontrar formas de contribuir e avaliar a aprendizagem que realmente sirvam para construir com e pelos alunos o efetivo desenvolvimento, por meio da assimilação ativa dos processos de desenvolvimento de cooperativas.

f) Atividades Equiparadas: de acordo com o previsto § 3º do artigo 2º da Lei nº 11788/2008

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Assim, para fins do Curso Técnico em Cooperativismo, as atividades de extensão, monitoria e iniciação científica desenvolvida pelo estudante equiparam-se ao estágio e podem ser aproveitadas para composição da carga horária definida para a prática profissional supervisionada, desde que estejam em consonância com as diretrizes estabelecidas nos referenciais teóricos das disciplinas do curso.

3.6 Atividades Complementares

Aos alunos do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio será proporcionada a oportunidade de participar das diversas atividades extracurriculares do curso, tais como:

- a) Eventos Científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e divulgação do conhecimento;
- b) Programas de Iniciação Científica, que reforçam os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c) Atividades de Extensão, que envolvam, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) Monitorias que realcem os méritos acadêmicos dinamizem os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizem com agilidade o desenvolvimento de projetos;
- e) Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f) Visitas técnicas, também em sua função de complementaridade da formação do educando, que busquem na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, em que se verifiquem relações de produção em tempo real e num espaço em transformação. Os cursos técnicos exigem essa observação direta do papel dos trabalhadores no mercado de trabalho.

3.7 Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio do IFRO está em consonância com as diretrizes estabelecidas nas normativas e referências pedagógicas da Instituição. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos alunos deste curso os levará a compreender e influenciar no desenvolvimento local e regional e ter

condições de vivenciar e superar problemáticas existentes, além de poder prestar o atendimento profissional conforme as necessidades do setor em que se inserirem.

A concepção de Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à EPTT contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas e com as tecnologias de informação e comunicação, privilegiando aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico desse curso trabalhará a superação da dicotomia ciência/tecnologia e teoria/prática, concebendo a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, organizará suas ações de modo a incentivar a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades com a comunidade, a prestação de serviços. Em suma, incentivará a participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração.

3.8 Estratégias de Trabalho Interativo com a Instituição Demandante

A proposta de concomitância inclui, portanto, a realização do ensino médio regular presencial no campo com mediação tecnológica para a formação profissional na modalidade a distância conforme termo de cooperação firmado entre as partes, para este fim é necessário a articulação entre as partes: IFRO-SEDUC.

A articulação entre as partes no caráter educacional ocorre entre a Coordenação do Curso Técnico de Cooperativismo e a Coordenação de Apoio ao Ensino do IFRO/*Campus* Porto Velho Zona Norte e a Equipe Pedagógica da Parceria/Secretaria de Estado da Educação.

As equipes pedagógicas e respectivas coordenações devem manter comunicação constante para a efetiva execução, monitoramento e avaliação do curso, para isso devem adotar entre outras estratégias:

- Ao fim de cada semestre o edital de rendimento e frequência dos alunos será encaminhado à Equipe Pedagógica/SEDUC;

- As equipes IFRO-SEDUC promoverão sessões de discussão do processo de ensino e aprendizagem e sendo necessária a proposição de trabalhos adequação, nivelamento entre outros, via reuniões e/ou por meio dos recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- A Coordenação de Apoio ao Ensino e a Coordenação de Assistência ao Educando/IFRO juntamente com a coordenação local/SEDUC devem fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades, do rendimento escolar e da frequência dos alunos e comunicar as partes.
- As situações de rendimento e frequência insuficientes devem ser comunicadas às escolas de origem a tempo de mitigar os prejuízos decorrentes.
- A estrutura do ambiente virtual de aprendizagem será utilizada para fins de tramitação dos instrumentais pedagógicos que subsidiam as aulas EaD, bem como para a comunicação entre IFRO e SEDUC, com o uso dos recursos que lhe são pertinentes e que viabilizam o diálogo e a interação entre as partes;
- Os eventos acadêmico-científico-culturais promovidos por quaisquer das partes e que visam a integração podem integrar as ações formativas, podendo ainda ser proposto conjuntamente;

Assim, o fazer pedagógico desse curso trabalha na perspectiva de superação da dicotomia da formação humana-profissional, concebendo a educação como um princípio unitário baseada nas estratégias de diálogo permanente entre a SEDUC e o IFRO que garanta o trabalho interativo e cooperativo.

3.9 Perfil do Egresso

O IFRO priorizará a formação de profissionais que:

- Constituam-se como sujeitos plenos, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional;
- Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- Saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com diversas culturas;
- Sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

A partir disso, ao concluir o curso, o egresso do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio deverá apresentar as seguintes competências gerais da área profissional:

- Atitude proativa, visando atender as necessidades dos arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional;
- Habilidade para trabalhar em equipe, proporcionando um ambiente profissional saudável e harmonioso.

Além das competências já especificadas, também serão propiciadas ao egresso, conforme previsão no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, condições que lhe permitam:

- Atuar na formação e no desenvolvimento de cooperativas;
- Planejar e executar os processos cooperativos em suas diversas modalidades;
- Atuar na gestão de contratos, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista;
- Prestar assistência e serviços em cooperativas;
- Orientar a elaboração e desenvolvimento de projetos em comunidades rurais e urbanas;
- Executar pesquisas em cooperativismo.

Ainda, o Técnico em Cooperativismo poderá atuar em sua localidade contribuindo para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, da economia regional e da sustentabilidade ambiental.

3.10 CERTIFICAÇÃO

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em Cooperativismo, conforme orientações do artigo 7º do Decreto 5.154/2004 e o Regulamento de Organização Acadêmica, bem como a legislação vigente à época.

3.11 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do curso Técnico em Cooperativismo Concomitante modalidade EaD será composto pelos alunos que concluíram o Ensino Fundamental, que estejam regularmente matriculados no Ensino Médio da rede pública de ensino e que tenham sido selecionados em processo seletivo especial. Para ingressar no Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio, o aluno deverá ter concluído o Ensino Fundamental e estar cursando o Ensino Médio. São de responsabilidade da demandante/SEDUC a seleção e encaminhamento dos estudantes para a matrícula no curso de formação profissional.

Assim, o público-alvo compreende os alunos do Ensino Médio Regular matriculas decorrentes da parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), definida em Termo de Convênio de aproximadamente 176 escolas da rede pública do Estado de Rondônia.

Os principais beneficiários deste curso técnico são, além dos alunos, as economias locais e regionais, bem como a economia familiar que poderão contar com mão de obra qualificada e competente para a realização de um trabalho seguro e eficaz.

4 EQUIPE DE PROFESSORES

O corpo docente do Curso de Técnico em Cooperativismo possui professores de todas as áreas necessárias à formação profissional.

Além disso, a equipe docente é composta por 14 professores, sendo 6 mestres e os demais especialistas e/ou mestrandos o que confere alta qualificação e exímio conhecimentos quanto ao eixo de formação.

Com vistas a garantir a qualidade da prática educativa, ainda são previstas formações continuadas no tocante à qualificação pedagógica e técnica na área do cooperativismo, fundamentais à transposição didática, a contextualização e a relação teoria-prática e essenciais ao exercício do magistério.

Caso haja necessidade a seleção de docentes para atuação no curso dar-se-á a partir da publicação de edital de Concurso Público para os cargos disponíveis, após autorização do Ministério da Educação (MEC). A contratação será realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do concurso e mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

5 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 5: Requisitos de Formação Mínima dos Profissionais

Disciplinas		Formação Mínima Exigida
1	Introdução à Informática	Graduação em Informática
2	Português Instrumental	Graduação em Letras — Língua Portuguesa e Literatura
3	Introdução ao Cooperativismo	Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais/Graduação em Filosofia/Graduação em Economia

4	Fundamentos do mundo do trabalho	Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais/Graduação em Filosofia
5	Economia Regional	Graduação em Economia
6	Legislação e Tributação das Cooperativas	Graduação em Administração/Direito
7	Fundamentos da Administração	Graduação em Administração
8	Matemática Financeira Aplicada	Graduação em Matemática
9	Constituição e Educação Cooperativista	Graduação em Economia/Direito
11	Contabilidade de Empresas Cooperativistas I	Graduação em Contabilidade
12	Ramos do Cooperativismo	Graduação em Economia
13	Técnicas de Negociação	Graduação em Administração
14	Gestão de <i>Marketing</i>	Graduação em Administração
15	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Graduação em qualquer área do conhecimento
16	Gestão Estratégica em Cooperativas	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da Produção
17	Contabilidade de Empresas Cooperativistas II	Graduação em Contabilidade
18	Operações de Cooperativas	Graduação em Economia/ Graduação em Administração
19	Segurança, Saúde e Meio Ambiente	Graduação em Administração/ Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais
20	Plano de Negócios	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da Produção
21	Ética Profissional e Cidadania	Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais/Graduação em Filosofia
22	Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo	Graduação em Administração/ Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais
23	Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas	Graduação em Administração
24	Elaboração e Gestão de Projetos	Graduação em Administração

Fonte: IFRO (2015)

Consta no anexo 1 o quadro de professores, a ser atualizado constantemente pela Diretoria de Ensino.

6 APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O *campus* organiza-se de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo, que envolve o apoio de colegiado e pessoal pedagógico-administrativo.

6.1 Conselho De Classe

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo composto por todos os professores do curso técnico, pedagogos, Diretor-Geral de *Campus*, Diretor de Ensino, Coordenador de Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos e/ou todos os demais servidores que atuam diretamente com atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma.

As competências desse Conselho estão previstas em regulamento próprio.

6.2 Diretoria De Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

Conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Biblioteca e Coordenação de Gestão de Polos EaD.

6.2.1 Departamento de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio e exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino. Com o auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, atua na dimensão do ensino técnico para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

6.2.2 Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino, sendo o setor responsável pelo desenvolvimento dos programas de assistência estudantil. É constituída por uma equipe multiprofissional cujo principal objetivo é prestar apoio aos estudantes do *campus*, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Coordenação de Assistência ao Educando tem ainda, como serviços específicos:

- **Serviço social:** presta atendimento às necessidades das classes sociais na garantia dos seus direitos; planejamento, acompanhamento e avaliação dos programas de Assistência Estudantil; elaboração de estudos/diagnósticos

socioeconômicos; atendimento social aos estudantes; encaminhamentos aos serviços socioassistenciais;

- **Serviço de psicologia:** presta acompanhamento psicológico inicial individual e/ou grupal aos discentes; contribui na formulação, implantação e avaliação de intervenções pedagógicas na comunidade escolar; desenvolve trabalhos nas áreas de Orientação Vocacional/Profissional, palestras e oficinas temáticas voltadas à saúde;
- **Serviço de orientação educacional:** realiza orientação ao aluno em relação a rendimento, aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da Instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos, bem como encaminhamentos aos profissionais da equipe multiprofissional quando necessário;
- **Serviço de enfermagem:** desenvolve ações relacionadas à prevenção de doenças e à promoção da saúde por meio de atividades de educação em saúde (palestras, orientações individuais e coletivas, projetos de extensão); realiza atendimentos individuais no ambulatório de enfermagem; além de atendimentos às eventuais emergências e encaminhamento para serviços especializados;
- **Assistentes de aluno:** Intermedeiam na comunicação de forma ágil, eficiente e integrada entre os alunos e os diversos setores e profissionais administrativos e/ou docentes do *campus*; assistem e orientam os alunos nos aspectos comportamentais e disciplinares, conforme regulamentos institucionais; encaminham os alunos ao atendimento com os especialistas da coordenação quando necessário.

6.2.3 Coordenação de Registros Acadêmicos

Registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

6.2.4 Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura. Interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso de obras impressas ou em outras mídias.

6.2.5 Coordenação de Tutoria e Monitoria

Coordena, acompanha, orienta, avalia as atividades dos tutores e monitores, articulando as atividades desses profissionais junto aos demais setores do *campus*.

6.2.6 Coordenação de Gestão de Polos EaD

Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos *campi* e coordenadores de polos.

6.3 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*. Participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

6.3.1 Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade

Cumprir as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, etc.; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói banco de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, dentre outras funções.

6.3.2 Coordenação de Formação Inicial e Continuada

Articula a elaboração, acompanha a execução e avalia projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, dentre outras atividades inerentes ao departamento de extensão.

6.4 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

6.4.1 Coordenação de Pesquisa e Inovação

Trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

6.5 Departamento de Produção de EaD

Articula-se com as diretorias e demais departamentos, sendo responsável pela operacionalização de ambientes de aprendizagem em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. Conta com as seções de apoio a seguir.

6.5.1 Coordenação de *Design* Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA)

Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de *Design* Visual e Ambientes de Aprendizagem (DVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

6.5.2 Coordenação de Material e *Design* Instrucional (CMDI)

Esta coordenação possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação a Distância.

6.5.3 Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA)

É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção.

O Departamento de Produção de EaD tem ainda como serviços específicos articulado com a Coordenação de Apoio ao Ensino:

a) **Revisão de Língua e Linguagem:**

Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

6.6 Núcleo de atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

Os alunos que se encontrarem com alguma necessidade que implique em dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a possibilidade de oferta de instrumentos especiais para pessoas com necessidades específicas (órgãos, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição); o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

6.7 Setor de Tecnologia da Informação

É um setor que trabalha pela automação e pelo desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), entre outros programas, sistemas e processos.

7 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS E DE SUPORTE

O *campus* dispõe de ambientes necessários ao bom desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, adequados ao acesso, permanência e continuidade dos estudos do aluno na Instituição.

7.1 Salas De Aula

As salas de aula EaD devem ter boa iluminação, refrigeração e baixo nível de ruído. Além disso, as salas devem estar estruturadas com carteiras escolares; uma

mesa orgânica com gavetas; uma TV ou projetor multimídia; uma poltrona giratória com braços; um quadro branco e um Kit de recepção via satélite (opcional). No caso da utilização de teleaulas, a sala deve apresentar condições técnicas adequadas à recepção das aulas e transmissão dos questionamentos dos alunos via *internet*.

7.2 Biblioteca

O *campus* oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo um espaço com três computadores com acesso à Internet e acervo bibliográfico básico com livros, CDs e DVDs. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis, bem como, profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, *links*, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, possibilitando acessibilidade de qualquer lugar, conforme a especificidade dos eixos, por isso, a importância da Biblioteca, física e virtual.

7.3 Auditório

O *Campus* possui auditório com capacidade para 140 lugares, com cadeiras estofadas, um palco que comporta uma bancada com sete cadeiras e microfones de mesa; disponibiliza também sistema de som, recursos multimídia, ambiente refrigerado; iluminação e camarim.

7.4 Laboratórios de Informática

Haverá pelo menos um laboratório de informática disponível ao curso. É composto por computadores com *softwares* atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias para ofertar suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos e para o desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e outras formas de desenvolvimento de estudo, que os docentes em seus planos definirem como pertinentes.

Requisitos mínimos do laboratório no Polo:

-20 computadores conectados à *Internet*;

-*nobreaks* - adequados para o bom funcionamento dos equipamentos;

-*softwares*: pacote de escritório, linguagens de programação, sistemas de gerenciamento de banco de dados, etc. Serão utilizados preferencialmente *softwares* livres.

7.5 Laboratório de Idiomas

Laboratório estruturado para o ensino das operações básicas da computação, tais como: sistema operacional, suíte de escritório, navegação na internet e *softwares* específicos para o ensino de língua estrangeira moderna e da língua portuguesa.

7.6 Equipamentos de Segurança

O *campus* possui equipamentos de segurança exigidos para o seu funcionamento, tais como: extintores, hidrantes, lâmpadas de emergência, além de estacionamento fechado, guarita e vigilância.

7.7 Recursos de Hipermídia

Há os seguintes recursos de hipermídia no *campus*: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio de transmissão e gravação, salas de EaD, impressoras, *scanners* entre outras aquisições que serão realizadas.

7.8 Recursos Tecnológicos

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis para a realização de qualquer atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser um aliado importantíssimo para todo tipo de tarefa, especialmente na EaD, que precisa contar com redes informáticas internas, telefones e outros.

Existem equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, tais como: aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores, impressoras e outros. Assim, a oferta do curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio conta com um Ambiente Virtual de Aprendizagem, Sistema Acadêmico-administrativo.

8 COORDENAÇÃO EAD – DEMANDANTE: POLOS EAD E UNIDADES DE ENSINO

O Curso é realizado em forma de concomitância e parceria institucional conforme definido em termo de convênio. Nestas condições as unidades de ensino serão representadas por uma Coordenação Geral do Demandante/SEDUC.

O *campus* tratará diretamente com esta coordenação que será responsável por realizar a mediação com as unidades de ensino. As unidades de ensino são unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para a realização do curso.

Para ofertar o suporte necessário à Coordenação de EaD, o Demandante em conjunto com unidade de ensino é responsável por realizar:

- a) acompanhamento e coordenação das atividades;
- b) apoio pedagógico e administrativo acompanhando os estudantes durante a transmissão da aula, aplicando as atividades passadas pelo Professor e estabelecendo contato com a Coordenação, incluindo a contabilização e registro de notas e faltas;

Destarte, a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos alunos na realização das atividades cabe à instituição demandante/SEDUC, conforme a modalidade de oferta onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e orientação de estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

9 SISTEMAS DE ATENDIMENTO

9.1 Ambiente Virtual De Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), conforme caracteriza Almeida (2012) são:

sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o objetivo desse ambiente é propiciar recursos para consulta de material didático, textos complementares, realizar atividades didáticas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual, que funciona como ambiente de apoio à aprendizagem.

O AVA serve para viabilizar atividades que visem o ensino-aprendizagem, com acesso a materiais didático-pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

O AVA do Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio consiste no desenvolvimento das ações de interação e mediação administrativa e pedagógica. Contemplando os trâmites de fluxo do material didático, o planejamento, o contato e o registro acadêmico. Além disso, dependendo das condições de

infraestrutura, poderá compor as atividades curriculares e de apoio, como por exemplo: fórum, envio de tarefa, glossário, *quiz*, atividade *off-line*, vídeos e *links*.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD, e para isso, apresenta às instituições parceiras, aos professores e aos estudantes um ambiente fácil e leve, quanto ao acesso, navegação e visualização.

As principais estratégias a serem empregadas no curso envolvem o uso de vídeos, teleaulas, material impresso, correio eletrônico e ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

9.2 Sistema Acadêmico-Administrativo

O Sistema Acadêmico-Administrativo é o aplicativo que auxiliará na gestão acadêmica de matrícula, lançamento de notas e vinculação de professores e tutores, norteados os processos acadêmicos e administrativos. Será utilizado para interface entre instituição e polos de ensino, permitindo cadastros auxiliares, criação de estrutura organizacional, gestão de ambiente de aprendizagem e demais ações necessárias e inerentes a este sistema.

A equipe do curso utilizará a estrutura descrita nos capítulos 6 e 7 deste projeto, com ferramentas recomendadas pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, em atendimento aos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007) e também na execução dos Cursos Técnicos de Nível Médio na mesma modalidade.

9.3 Sistema de Tutoria

A tutoria desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos na modalidade EaD. O sistema de tutoria consiste num componente necessário ao estabelecimento de uma educação de qualidade e prevê a atuação de profissionais capacitados para atuarem neste serviço.

Curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio depende da tutoria para sua plena efetivação, e esta será responsabilidade do demandante. A principal atribuição da tutoria se caracteriza em dois tipos:

a) a distância: de acordo os dispositivos teóricos e normativos, é o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão realizados no ambiente virtual de aprendizagem, correspondências virtuais e participação em *chats* e videoconferências. Tem a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a

distância, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento e selecionando material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos. Deve ainda: participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem junto aos docentes; assistir os alunos nas atividades; apoiar o professor da disciplina nas atividades; acompanhar as atividades a distância (não presenciais) elaborar os relatórios de regularidade dos alunos; elaborar os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades; aplicar avaliações; coordenar as atividades presenciais; mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e o cursista; estabelecer contato com os alunos.

b) presencial: tem a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria presencial, atendendo os estudantes no local de oferta do curso polos, conforme planejamento interno e as orientações do *Campus* Porto Velho Zona Norte e da instituição demandante; assistir os alunos nas atividades; apoiar os professores das disciplinas nas atividades; acompanhar as atividades a distância elaborar os relatórios de regularidade dos alunos; elaborar os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades; aplicar avaliações; coordenar as atividades presenciais; mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e o cursista; estabelecer contato com os alunos.

10 PLANEJAMENTO DE ENSINO

O planejamento de ensino constitui uma dimensão essencial e prioritária na prática pedagógica do professor formador. Envolve os planos instrucionais a serem elaborados a partir dos planos de disciplina, aqui apresentados, e a definição do AVA utilizada como apoio às aulas presenciais.

10.1 Planos de Disciplina

Os planos de disciplina (em apêndice) são indicadores prévios para o planejamento completo dos professores em sua área disciplinar. Eles especificam objetivos, ementa, carga horária e referências imprescindíveis para a formação dos cursistas.

10.2 Planos Instrucionais

Os professores-formadores desenvolverão um plano instrucional por disciplina, envolvendo todos os eventos (aula, atividade complementar, exposição de vídeo, etc.) a se realizarem nas disciplinas que ministrarão, a partir das concepções educacionais

do IFRO, dos princípios estabelecidos neste projeto, das metodologias trabalhadas na preparação para EAD e do Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio. O planejamento inclui a modelagem, que consiste na previsão e preparação de instrumentais e atividades a serem aplicadas.

Além de conter a previsão e detalhamento das atividades de ensino e aprendizagem, o plano instrucional também utilizará como suporte os elementos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Todos os planos deverão ser entregues, de forma antecipada, no início das disciplinas, conforme agendamento da Coordenação do Curso.

O plano instrucional por disciplina será construído pelos professores-formadores titulares com orientação da Direção de Ensino e suporte do Departamento de Produção de EAD, conforme determinações do ROA e outros indicadores adotados pelo *campus*.

10.2.1 Critérios para Modelagem do AVA

O Departamento de Produção de EaD fará a partir do sistema de gestão de ensino e aprendizagem via *Learning Management System (LMS)*, o desenvolvimento de ambientes virtuais para postagens, instruções e arquivamentos. Os planos instrucionais para esses ambientes garantirão indicadores de qualidade.

11 EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. Entretanto, devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal.

11.1 Documentos da Legislação Nacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil.
2. Lei nº 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
3. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
4. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

5. Decreto nº 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96.
6. Parecer CNE/CEB nº 39/2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
7. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
8. Lei nº 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
9. Lei nº 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
10. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
11. Resolução CNE/CEB 6/2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
12. Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Cooperativismo na forma Integrada, presencial. Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios. Projeto aprovado pela Resolução nº 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012.
13. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Brasília/DF, 2016.

11.2 Normativas Internas

1. Regimento Geral;
2. Regimento Interno do *Campus*;
3. Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
4. Regulamento do Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal de Rondônia;
5. Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
6. Termo de Convênio nº 166/PGE-2015. Convênio que celebram o Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Educação e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Dezembro de 2015.

Outras legislações e documentos devem ser considerados para o desenvolvimento do curso, a fim de uma prática mais segura e orientada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M. e FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2012.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crea nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____.**Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____.Presidência da República. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2016

_____. Ministério da Educação. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2016

_____.**Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11534.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____.**Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008a**. Dispõe sobre o estágio de estudantes [...]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____.**Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008b**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm >. Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. **Lei nº 12.513/2011. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____.**Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865. 2007>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 3ª Edição. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Brasília/DF, 2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. CNE/CEB. Nº 1. Brasília: 03 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em 12 de junho de 2016.

_____. **Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf> Acesso em: 12 de junho de 2016.

IBGE. **PIB Municípios (2005-2009)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em 10 jun. 2015.

IFRO. **Resolução/CONSUP/IFRO Nº 42, 2010**. Porto Velho: IFRO, 2010.

_____. **Guia de Utilização do Ava**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Campus Porto Velho Zona Norte: Rondônia, 2013.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho, 2014. Disponível em: <<http://pdi.ifro.edu.br/>> Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO**. Resolução nº65/CONSUP/IFRO de 29 de dezembro de 2015.

_____. **Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio**: Resolução nº 6/2016/CONSUP/IFRO de 18 de janeiro de 2016. Disponível em <http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=51&Itemid=11&limitstart=30> Acesso em: 12 de junho de 2016.

_____. **Instrução Normativa nº02 de 08 de março de 2016**. Orientações

procedimentais para o desenvolvimento de atividades não presenciais nos cursos técnicos de nível médio e semipresenciais nos cursos de graduação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, 2016.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Cooperativismo na forma Integrada, presencial. Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.** Projeto aprovado pela Resolução N° 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012. Disponível em <<http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-tecnicos-de-nivel-medio/tecnico-integrado/tecnico-em-cooperativismo/view>> Acesso em 12 de junho de 2016.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

LITTO, Frederic; FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a Distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, Ed. Recente.

MASETTO, M.T. **Mediação pedagógica e uso da tecnologia.** Campinas: Papirus, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVEIRA, Francisco Emanuel Cooperativismo no Estado de Rondônia: Principais Ramos de Atividades./ Francisco Emanuel Silveira. – Porto Velho, RO: UNIR, 2008.

RONDÔNIA. **Plano Estadual de Educação do Estado de Rondônia - PEE/RO – 2014-2024.** Disponível em <http://www.sintero.org.br/arquivos/PLANO_ESTEDUCAO.pdf> Acesso em 12 de junho de 2016.

_____. **Termo de Convênio nº 166/PGE-2015.** Convênio que celebram o Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Educação e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Dezembro de 2015.

_____. **Mais de 800 empresas fecham as portas em Rondônia.** Publicada em 25/01/2016. Disponível em: <<http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/mais-de-800-empresas-fecham-as-portas-em-rondonia,105542.shtml>>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

PINNAR, William. **O Que é a teoria do currículo?** Porto: Porto Editora, 2007.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das MPE: Rondônia 2005.** Disponível em <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/33C53623C05E650D8325735600628DFF/\\$File/NT000360DA.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/33C53623C05E650D8325735600628DFF/$File/NT000360DA.pdf)>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

PRIMEIRO MÓDULO

E1

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Introdução à Informática		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	1º
Objeto Geral			
Utilizar as tecnologias básicas de informação, fundamentais para potencializar a produtividade do trabalho no âmbito do cooperativismo.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o funcionamento de um computador, assim como os seus componentes; • Usar as ferramentas de TI de usos comuns e essenciais para o funcionamento do computador. 			
Ementa			
Manipulação de arquivos e pastas. Editor de texto. Planilha Eletrônica. <i>Software</i> de apresentação. Uso de hyperlinks. Gerenciador de banco de dados. Internet: conceitos; browsers; protocolos e serviços; sites de busca. Ergonomia; Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DOSCIATTI, Eden R., DOSCIATTI, Mariza M. Informática Instrumental . Cuiabá: UFMT, 2010. DUARTE, Sara Luize Oliveira; RAMOS, José Márcio Benite; LACERDA, Liluyoud Cury de. Introdução à Informática . Cuiabá: UFMT/IFRO, 2013. RODRIGUES, Andréia dos S. Informática Básica . Cuiabá: 2010. SILVA JUNIOR, Edson N. Introdução à Computação . Manaus: UFAM, 2009. BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes Virtuais de Aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005. QUINTELA, Ariadne J. F. e ZAMBERLAN, Miguel F. Ambientação para EaD: Caderno do aluno do curso Técnico em Informática . Cuiabá: IFMT, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CAPRON, H.L.; JOHNSON, J.A. Introdução à Informática . 8ª ed. Pearson Education, 2004. NORTON, Peter. Introdução à Informática . São Paulo: Makron Books, 1997. PACHECO, Gustavo B. Introdução à Informática Básica com Software Livre . SP: Érica, 2006. SILVA, Mário G. Informática – Terminologia Básica . SP: Érica, 2007. VELLOSO, Fernando de C. Informática – Conceitos Básicos . 8ª ed. RJ: Campus, 2011.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Português Instrumental		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	1º
Objetivo Geral			
Aprimorar as noções básicas e instrumentais de Língua Portuguesa no ambiente de trabalho do profissional técnico em cooperativismo.			
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a compreensão sobre as expressões e linguagem oral escrita para elaboração de documentos organizacionais; • Desenvolver estratégias de redação que facilitem a produção de textos técnicos concisos; • Desenvolver habilidades da boa comunicação. 			
EMENTA			
A língua e suas variedades. A língua padrão e a não-padrão. Linguagem, língua, fala e discurso. Linguagem e multiculturalidade. A comunicação no mundo do trabalho. Coerência e coesão textual. Tipologias textuais: texto narrativo, descritivo e dissertativo. Correspondência comercial: carta comercial, requerimento, ata, circular, declaração, memorando, ofício, relatório e convite.			
Referências Básicas			
FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. Como Ler, Entender e Redigir um Texto . 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. Português Instrumental: De acordo com as			

atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa . 8. ed, São Paulo: Saraiva, 2014.
Referências Complementares
CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Manual de expressão oral e escrita . Ed. Vozes, 1986. CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva - Texto, Semântica e Interação – 4. ed. Ed. Atual, 2013. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação . 17. ed. São Paulo: Ática, 2006. PIMENTA, Maria Alzira de. Comunicação Empresarial . 9. ed. Editora Alínea, 2015.

E2

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Introdução ao cooperativismo		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	1º
Objetivo geral			
Discutir o cooperativismo como forma de organização social e econômica baseada em valores e princípios de equidade, democracia, participação, ética, justiça e cooperação, cujo maior valor é o trabalho humano e não o lucro.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Descrever conceitos, doutrinas e práticas essenciais do cooperativismo; • Compreender o contexto histórico e o desenvolvimento do cooperativismo; • Identificar e conceituar as principais características das organizações cooperativas; • Definir, identificar e demonstrar a importância do cooperativismo como uma forma alternativa de organização da sociedade; • Explicar a necessidade da educação cooperativa para o trabalho no mundo; • Relacionar e conceituar os princípios do cooperativismo. 			
Ementa			
Origens e evolução do pensamento cooperativista: dos precursores e dos pioneiros do cooperativismo como movimento. Conceito de cooperativa. Cooperativismo no contexto econômico e social brasileiro. Princípios e valores do cooperativismo. A dimensão econômica e social da empresa cooperativa. Diferenças entre associação, cooperativa e empresas convencionais. Tipos de cooperativas. As relações sociais nas organizações autogestionárias. Vantagens de uma cooperativa. Tendências do cooperativismo contemporâneo.			
Referências básicas			
MENEZES. Antônio. Nos rumos do cooperativismo . Stilo. Brasília, 2005. RIOS, G. Sá Leitão. O que é cooperativismo . São Paulo: Brasiliense, 2007. SCHNEIDER. José Odelso. Educação Cooperativa e suas práticas . Editora Unisinos, Brasília, 2003. SORBILLE, Reinaldo N. A autogestão e o desafio da viabilidade econômica . In: PONTE JÚNIOR, Oscar de Sá. (Org). Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão . Fortaleza: Expressão, 2000. P. 127-140.			
Referências complementares (no mínimo 5)			
CARBONELL DE MASY, R. Moderna administração de empresas cooperativas agrárias . Porto Alegre: FDRH, 1979. 297 p. CHIAVENTO, I. Teoria geral da administração . 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1993. 818 p. v. 2. PERIUS, V. F. Cooperativas de trabalho; manual de organização . Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 32, n. 97, 223 p., 1997. (Série Cooperativismo 41). HOLYOAKE, GEORGES J. Os 28 Tecelões de Rochdale . 6. ed. Porto Alegre: UNIMED, 2002. NAMORADO, Rui. Os Princípios Cooperativos . Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos, 1995. PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa nos regimes capitalista e socialista . 2. ed. ver. Amp. São Paulo: Pioneira, 1966.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Fundamentos do Mundo do Trabalho		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	1º

Objetivo geral
Compreender o trabalho como elemento constitutivo e como princípio educativo da formação do homem, destacando as diferentes concepções construídas historicamente acerca do trabalho.
Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o trabalho humano como elemento de transformação intencional da natureza; • Refletir sobre diferentes formas históricas do trabalho e relacioná-las aos contextos produtivos nos quais estão inseridos; • Pensar as relações de trabalho dentro do modo de produção capitalista; • Refletir sobre as formas de lutas no mundo do trabalho, especialmente a partir do final do século XIX; <p>Tomar parte dos debates atuais sobre o mundo do trabalho, em especial, precarização e desemprego;</p>
Ementa :
Conceito clássico de trabalho. As transformações do trabalho e a questão de sua centralidade. Análise das relações entre a educação e o trabalho dentro do sistema capitalista de produção.
Referências básicas:
<p>ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.</p> <p>ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. p. 61-74. In: MARX, K; ENGELS, F. Textos, Volume 1. São Paulo: Edições Sociais, 1977.</p> <p>MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2006.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 02 de junho 2013.</p>
Referências complementares:
<p>ALBARNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2008.</p> <p>ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.</p> <p>_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2011.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.</p> <p>_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.</p> <p>CARDOZO, Maria José Pires Barros. A produção do trabalhador: o modelo de competência e o discurso da empregabilidade. In: ABREU, Antônia de et al. Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores. Fortaleza: Editora Senac; Edições UFC, 2008.</p> <p>CHESNAIS, François. Mundialização do capital e o jogo da lei da população inerente ao capitalismo. In: SOUZA, Antônia de Abreu et al. Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores. Fortaleza: Editora Senac; Edições UFC, 2008.</p> <p>FORRESTER, V. O horror econômico. São Paulo: UNESP, 1997.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 393-420.</p> <p>MARX, Karl. O capital. Vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1985. P. 261-294.</p> <p>POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo, 2001.</p>

E3

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Economia Regional		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	1º
Objetivo geral:			
Compreender as características da economia do estado de Rondônia.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o cenário econômico regional do estado de Rondônia; • Entender o papel das políticas públicas no desenvolvimento econômico regional. 			
Ementa			
Conceitos fundamentais de economia. Modernização dos processos de produção. Setores e atividades econômicas em expansão em Rondônia. Políticas Públicas de Desenvolvimento			

Econômico Regional.
Referências básicas
BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia : Estudos avançados, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. CANUTO, Otaviano. Aprendizado tecnológico na industrialização tardia . Economia e sociedade, v. 2, n. 1, p. 171-189, 2016. CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. Economia e desenvolvimento regional . Atlas, 2000. SOUZA, Nali de Jesus de. Economia básica. São Paulo: Atlas, 2007.
Referências complementares
ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural : o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 1999. ARAGÃO, José Lima; PFEIFER, Luiz F. Machado; BORRERO, Manuel Antônio Valdés. Ocupação tardia e o desenvolvimento da agropecuária no Estado de Rondônia : Uma história da bovinocultura no desenvolvimento regional* <i>Delayed occupation and the development of agriculture in the state of Rondônia</i> . Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF , v. 13, n. 1, 2014. BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 . Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 . Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. MACHADO, Lia Osorio. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira . Cadernos IPPUR, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999. MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Estudos Avançados , v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005. RIBEIRO, Alyson Alves; SILVIA, Ricardo Costa; CORRÊA, Sílvia Silva. Geografia da soja em Rondônia: monopolização do território, regionalização e conflitos territoriais/Geography of soybeans in Rondônia: monopolization of the territory, regionalization and territorial conflicts . CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária , v. 10, n. 20, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Legislação e Tributação das Cooperativas		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	1º
Objetivo geral			
Compreender os conceitos básicos sobre sociedades cooperativas, diferenciando-a de outras pessoas jurídicas, bem como sua constituição, tributação e legislação.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os aspectos legais básicos para a constituição, desenvolvimento e extinção de entidades associativas, em especial, de cooperativas; • Entender o processo de legalização das cooperativas brasileiras; • Relacionar as etapas necessárias para constituição e legalização de cooperativas; • Discutir os aspectos referentes a atuação cooperativista como elemento de organização e participação social; • Estabelecer relações entre os direitos humanos e a garantia do uso social da terra; • Atuar para dirimir conflitos e garantir o cumprimento da legislação. 			
Ementa			
Noções básicas de Direito. Direitos Humanos e Cidadania. Regime trabalhista e tributário da sociedade cooperativa. Procedimentos de estruturação de uma cooperativa. Estatuto. Extinção, fusão e liquidação das cooperativas.			
Referências básicas			
ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de; BRAGA, Ricardo Peake (coord.). Cooperativas à luz do Código Civil - São Paulo: Quartier Latin, 2006. BECHO, Renato Lopes. Elementos de Direito Cooperativo . São Paulo: Dialética, 2002. MIRANDA, José Eduardo de; Galhardo, José Henrique da Silva; Vieira, Paulo Gonçalves Lins. Regime Jurídico da Sociedade Cooperativa . Juruá, 2013. SIQUEIRA, Paulo César Andrade. Direito Cooperativo Brasileiro Comentários à Lei 5.764/71 . São Paulo: Dialética, 2004.			
Referências complementares			
ANCELES, Pedro Einsten Santos. Manual de Tributos na Atividade Rural . 2. ed. São Paulo:			

Atlas, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BULGARELLI, Waldírio. **Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

BRASIL, LEI 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.**

_____, LEI 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - **Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos**: Institui o Código Civil.

KRUEGER, Guilherme. **Ato Cooperativo e seu Adequado Tratamento Tributário**. Belo Horizonte: Editora Mandamentos. 2004.

LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

PINHO, Diva. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas**. Brasília: SESCOOP, 2002.

RICCIARDI, Luiz. **Cooperativismo, uma solução para os problemas atuais**. OCEES. Vitória, 1990.

SEGUNDO MÓDULO

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Fundamentos da administração		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	2º
Objetivo geral			
Conhecer as funções e abordagens das teorias administrativas e sua evolução, bem como as técnicas administrativas de aplicação e adaptação da Administração para o desenvolvimento no trabalho e na vida.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito e importância da administração para a sociedade, para as empresas e para a vida pessoal; • Distinguir as principais teorias administrativas e suas contribuições; • Reconhecer a forma conceitual das estruturas organizacionais existentes nas empresas; • Descrever as funções do administrador e as funções existentes na empresa; • Diferenciar os tipos de habilidades do Administrador; • Estabelecer relação entre motivação, relações humanas e liderança no ambiente de trabalho; • Diferenciar centralização e descentralização; • Relacionar noções de qualidade e mudança organizacional na empresa. 			
Ementa:			
Teorias da administração. Funções e habilidades do administrador. Empresa e Estruturas organizacionais. Fundamentos de gestão de pessoas. Elementos administrativos e inclusão social.			
Referências básicas			
CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
HAMPTON, David. Administração Contemporânea : Teoria, prática, casos. McGraw Hill do Brasil, 2007.			
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração : manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2007.			
RICCIO, V.. Administração Geral . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.			
Referências complementares			
ARAUJO, Luís Cesar G. de. GARCIA, Adriana Amadeu. Teoria Geral da Administração : Orientação para Escolha de um Caminho Profissional. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.			
MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração . 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.			
OLIVEIRA, Otávio J. Gestão Empresarial : Sistemas e Ferramentas. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
SANTOS, Rubens da Costa. Manual de Gestão Empresarial : conceitos e aplicações nas			

empresas brasileira. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Matemática Financeira Aplicada		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	2º
Objeto Geral			
Desenvolver o raciocínio lógico financeiro e aplicá-lo nas operações ligadas ao cooperativismo.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver os conceitos do valor do dinheiro no tempo; ● Reconhecer aplicações a juros simples; ● Mensurar e calcular juros simples; ● Reconhecer aplicações a juros compostos; ● Realizar cálculos envolvendo o conceito de juros compostos; ● Diferenciar as capitalizações sobre regimes simples e compostos; ● Aplicar desconto simples e compostos; ● Realizar cálculos envolvendo o conceito de séries de pagamento; ● Realizar cálculos de custo e amortização de empréstimos; ● Utilizar tabelas financeiras, calculadoras financeiras e "software" de planilhas de cálculo. 			
Ementa			
Proporções e grandezas. Porcentagens. Valor do dinheiro no tempo. Juros simples e compostos. Taxas de juros: proporcionais e equivalentes. Descontos simples e compostos. Séries de pagamento: conceitos, classificações e aplicações. Amortização: conceito e aplicações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CRESPO, Antônio Arnot. Matemática Financeira Fácil . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
DUTRA, José Vieira Sobrinho. Matemática Financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.			
HAZZAN, Samuel. Matemática Financeira . 7. ed. São Paulo, Saraiva, 2014.			
MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira: Com + de 600 exercícios resolvidos e propostos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
CASTELO BRANCO, Anísio Costa. Matemática Financeira aplicada: método algébrico , HP-12C e Microsoft Excel. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.			
SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira . 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.			
LAPPONI, Juan Carlos. Matemática financeira usando Excel . São Paulo: Laponi Treinamento e Editora, 2002.			
VERAS, Lília Ladeira. Matemática Financeira . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			

E2

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Constituição e Educação Cooperativista		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	2º
Objetivo geral			
Compreender os processos de constituição e o papel da educação na formação das sociedades cooperativas.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os procedimentos de constituição das sociedades cooperativas; ● Assimilar os conhecimentos básicos e as especificidades da educação cooperativista; ● Entender o papel da educação na constituição das sociedades cooperativas; ● Pontuar os aspectos fundamentais as serem considerados nas sociedades cooperativas: possibilidades e limitações. 			
Ementa			

Elementos constitutivos das sociedades cooperativas. Papel, objetivos e funções da educação na constituição das sociedades cooperativas. Educação cooperativista. Princípios cooperativistas relacionados ao meio ambiente e direitos humanos.
Referências Básicas
PANZUTTI, Ralph et al. (Organizador). Cooperativismo ao Alcance de Todos . 3ª ed. Revisada e Ampliada. São Paulo: OCESP-SESCOOP/SP, 2006. SCHNEIDER, J.O. Educação Cooperativa e suas Práticas . Porto Alegre/RS: Ed. Unisinos, 2010. SILVA, M. (Organizador). Educação Online: Teorias, Práticas, Legislação e Formação Cooperativa . São Paulo: Edições Loyola, 2003. SOLER, R.; SOLER, S.S. Alfabetização Cooperativa . Rio de Janeiro: Sprint, 2012. VIEIRA, P.G.L.; PINHEIRO, A.M. e SANTOS, C.A.C (Revisor). Cooperativismo Passo a Passo . Curitiba/PR: Juruá, 2014.
Referências Complementares
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 . Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 . Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. _____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos . – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. CENZI, Nerii Luiz. Cooperativismo: Desde as Origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativista Brasileiro . Curitiba/PR: Juruá, 2009. FRANCO, H.M. Comunicação e Educação Cooperativista . São Paulo: Ed. Universitária, 1986. MONTEIRO, J.P.; MONTEIRO, C. Cooperação Passo a Passo . Brasília: AED Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. OLIVEIRA, D.P.R. Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática . 3ª ed. São Paulo: 2006. POLONIO, W. A. Manual das Sociedades Cooperativas . São Paulo: Atlas, 2004. REVESCO, Revista de Estudos Cooperativos. Pensamento Cooperativo – a Educação e a Formação Cooperativa . São Paulo: Editora Incoop, 2003.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	3º
Objetivo geral			
Aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização do estágio.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecer a diferença entre conhecimento científico e outros tipos de conhecimento; ● Empregar os princípios e normas de redação técnica e científica; ● Utilizar normas de metodologia científica em produção de projetos, relatórios, artigos e outras formas de apresentação; ● Elaborar planejamentos de atividades e relatórios de acordo com as regulamentações específicas. 			
Ementa			
Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Legislação e operacionalização do estágio. Plágio e implicações éticas.			
Referências básicas			
BRASIL. Resolução nº 7/CONSUP/IFRO Regulamenta os trabalhos de conclusão de curso na educação profissional técnica de nível médio e graduação do Instituto Federal de Rondônia, de 09 de abril de 2013. _____. Lei 11.788/2008 dispõe sobre o estágio de estudantes [...] . Disponível em			

<p><http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.</p> <p>FRANZIN, Sergio Francisco Loss. Orientação para prática profissional e pesquisa. Cuiabá – MT: UFMT, 2013.</p> <p>LAKATOS, M. e MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.</p> <p>PRODANOV, Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.</p>
Referências complementares
<p>AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos. São Paulo: Manole.</p> <p>CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson.</p> <p>FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Porto Alegre: Dáctilo Plus.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, Ed. 03</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez.</p>

E3

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Contabilidade de Sociedades Cooperativistas I		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	2º
Objetivo geral:			
Aplicar os principais métodos utilizados pela ciência contábil para produzir informações e interpretação das demonstrações contábeis com foco nas características específicas das cooperativas.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer a história e os fundamentos da ciência contábil; ● Inteirar-se e aplicar os principais métodos utilizados pela contabilidade para gerar informações; ● Entender o que é patrimônio e sua representação gráfica na Contabilidade; ● Compreender conceito de Escrituração Contábil; ● Diferenciar as contas e o plano de contas, bem como apresentação de um modelo de plano de contas aplicado a cooperativas; ● Aprender e interpretar as principais demonstrações financeiras, bem como as situações específicas das cooperativas; ● Conhecer os aspectos históricos da contabilidade de custos; ● Conhecer e diferenciar as terminologias e expressões utilizadas pela contabilidade de custos; ● Aprender a classificar através das nomenclaturas utilizadas pela contabilidade de custo, e ainda sua aplicação na gestão das empresas. 			
Ementa			
Conceito, objetivo e finalidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultados: custos, despesas e receitas. Operações próprias de cooperativas. Métodos de escrituração. Demonstrações contábeis nas cooperativas. Introdução à contabilidade de custos: natureza, importância, conceito, histórico, objetivos e princípios. Terminologia e expressões. Classificação e nomenclaturas de custos.			
Referências básicas			
<p>BACINELLO, Edilson; BOM FIM, Jaqueline Pedroski. Contabilidade Geral. UFMT, 2013.</p> <p>BACINELLO, Edilson. Contabilidade de Custo. Cuiabá: Rede e-TEC, 2014.</p> <p>BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SANTOS, Ariovaldo dos. GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara. VIEIRA, Patrícia dos Santos. Contabilidade das Sociedades Cooperativas: Aspectos Gerais e Prestação de Contas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>			
Referências complementares			

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso Básico de Contabilidade**: Introdução à Metodologia da Contabilidade e Contabilidade Básica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Pearson, 2008.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de Contabilidade Básica**: contabilidade Introdutória e Intermediária - texto e Exercícios. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Ramos do Cooperativismo		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	2º
Objetivo geral			
Compreender os principais ramos do cooperativismo e seu impacto no universo das cooperativas.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> Assinalar os principais ramos das sociedades cooperativas no Brasil; Analisar as características dos principais ramos das sociedades cooperativas brasileiras; Assimilar as especificidades dos principais ramos do cooperativismo no Brasil; Discutir os principais ramos do cooperativismo no âmbito da economia estadual, regional e nacional, em termos de participação percentual. 			
Ementa			
Ramos do cooperativismo brasileiro. Características do cooperativismo brasileiro. Especificidades do cooperativismo brasileiro. Participações relativas do cooperativismo brasileiro. Cooperativismo e diversidade cultural. Sustentabilidade e atuação cooperativa. Relações entre os direitos humanos e a atividade cooperativa.			
Referências básicas			
<p>BUTTENBENDER, P.L. O Cooperativismo e o Desenvolvimento Regional: um estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento. Perspectiva Econômica, São Leopoldo/RS: Unisinos, v. 29, n. 86, p. 99-142, 1995. Série Cooperativismo, n. 36.</p> <p>CRÚZIO, H. O. Como Organizar e Administrar uma Cooperativa. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.</p> <p>KOCH, R. O Princípio 80/20: O segredo de se realizar mais com menos. RJ: Rocco, 2000.</p> <p>MONTEIRO, J.P.; MONTEIRO, C. Cooperação Passo a Passo. Brasília: AED Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.</p> <p>OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. O que você precisa saber para criar uma cooperativa. Brasília, 2000. Mimeio.</p> <p>PAGNUSSAT, A. Guia do Cooperativismo de Crédito – Organização, Governança e Políticas Corporativas. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.</p> <p>PANZUTTI, Ralph <i>Et Al.</i> (Organizador). Cooperativismo ao Alcance de Todos. 3. ed. Revisada e Ampliada. São Paulo: Ocesp-Sescoop/SP, 2006.</p> <p>PERIUS, V. Cooperativas de Trabalho. Manual de Organização. Perspectiva Econômica, São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 1997. Série Cooperativismo, n. 41.</p> <p>RAMBO, A.B.; ARENDT, I.C. Cooperar para Prosperar – A Terceira via. Porto Alegre/RS: Editora SESCOOP, 2012.</p>			
Referências complementares			
<p>BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.</p> <p>_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.</p> <p>BUTTENBENDER, P.L. Cooperativismo: construindo novas competências. In: Cadernos IPD/Unijuí, n. 3, Associativismo e Cooperativismo, Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2003.</p> <p>MEINEN, E <i>et al.</i> Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Editora Confabras, 2014.</p> <p>OLIVEIRA, D.P.R. Manual de Gestão das Cooperativas. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>POLONIO, W. A. Manual das Sociedades Cooperativas. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>RICCIARDI, L.; LEMOS, R.J. Cooperativa, a Empresa do Século XXI. Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTR, 2000.</p>			

TERCEIRO MÓDULO

E1

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Técnicas de Negociação		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	3º
Objetivo geral			
Participar positivamente nas relações de negociação no âmbito das cooperativas.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o processo de negociação no âmbito das cooperativas; • Conhecer as técnicas e métodos de negociação dentro do contexto do cooperativismo; • Entender os estilos de negociação. 			
Ementa			
Conceito de negociação, A importância da negociação, Negociação e tomada de decisão, Estilos de negociação, Questões legais e ética na negociação, negociação e estratégia.			
Referências básicas			
ANDRADE, Rui Otavio Bernardes de, Alyrio, Rovigati Danilo, MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Princípios de negociação: ferramentas e gestão . Atlas, 2004. CARVALHAL, Eugenio do. <i>Et. Al. Negociação e administração de conflitos</i> . 3. ed. FGV, 2012. MARTINELLI, Dante P. VENTURA, Carla A. A, MACHADO, Juliano R. Negociação internacional . Atlas, 2004. MELO, Jose Carlos Martins F. de. Negociação baseada em estratégia . Atlas, 2005.			
Referências complementares			
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. FOWLER, Alan. Resolvendo conflitos . Nobel, 2001. HARVARD, Business School Pres. Negociações espetaculares Tradução: Elaine Pepe. Elsevier, 2004. MANUS. Pedro P. Teixeira. Negociação coletiva e contrato individual de trabalho . Atlas, 2001. FISHER, R.; URY, W.; PANTON, B. Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões . Imago, 2003. MILLS, A. H. Negociação: a arte de vencer . Makron Books, 1993. OLIVEIRA, Djalma de Pinheiro Rebouças do. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática . Atlas, 2006.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Gestão de Marketing		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	3º
Objetivo geral			
Utilizar os conceitos e as aplicações das ferramentas de Marketing.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos e ferramentas básicas de Marketing; • Entender os conceitos básicos relativos ao desenvolvimento de planos de Marketing; • Estudar a efetividade da contribuição do Marketing para o setor cooperativista. 			
Ementa			
Conceito e histórico do Marketing, O ciclo do Marketing na História, A orientação, o ambiente e as estratégias de Marketing, O Marketing empresarial e seu ambiente, O marketing e o consumidor, Novas direções do marketing, Trade Marketing, Buzz marketing/marketing viral ou de guerrilha, O benchmarking, Composto de Marketing, Vendas, Tipos de Clientes.			
Referências básicas			

BARCELLOS, Ricardo; Schuster SCHELELA, S. Simone. Marketing e Vendas . Paraná: Rede e-TEC, 2012.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012
KOTLER. Kotler marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber . Gulf Professional Publishing, 2003.
Referências complementares
CHURCHILL JR, Gilbert A. Marketing: criando valor para os clientes . Saraiva, 2012.
COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
KELLER, Kevin Lane. KOTLER, Philip. Administração de Marketing . 14. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2012.
KOTLER, Philip. Marketing para o Século XXI . Futura, 2012.
SHIRAIISHI, Guilherme. Administração de Marketing . 1. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2012.

E2

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Gestão da Qualidade		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	2º
Objetivo geral			
Aplicar os conceitos básicos, métodos e instrumentos da gestão da qualidade.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os fundamentos, teorias e abordagens sobre os principais processos da Qualidade; • Conceituar os conceitos básicos, métodos e instrumentos da gestão da qualidade; • Dominar a implementação de ferramentas da qualidade. 			
Ementa			
Conceito, evolução histórica e a concepção moderna da qualidade. Ferramentas de qualidade. Organismos de qualidade no Brasil e no mundo. Melhoria contínua. Qualidade como fator de competitividade. Qualidade como fator de inclusão social.			
Referências básicas			
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.			
CAMPOS, Vicente Falconi. TQC Controle de qualidade no estilo Japonês . 2. ed, Nova Lima-Mg, Indg Tecnologia e Serviços, 2004.			
_____. TQC Gerenciamento da Rotina de Trabalho no dia a dia . 1. ed, Belo Horizonte, Fundação Christiano Ottoni, 1994.			
LAS CASAS< Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos ;			
PALADINI, Edson Pacheco. Gestão estratégica da qualidade: Princípios, métodos e processos . São Paulo, Atlas, 2009			
Referências complementares			
Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – Série de Normas NBR ISO 9000 – Sistemas de Gestão da qualidade Rio de Janeiro: ABNT 2000.			
MARSHALL, JR. I. et al. Gestão da qualidade . Rio de Janeiro: FGV, 2007.			
NBR ISO 9000: Requisitos ABNT			
WEKEMA, Maria Cristina C. As ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos . Brlo Horizonte, Fundação Christiano Ottoni, 1995.			
ZYLBERSZTAJN, D; SCARE, R. F. Gestão da Qualidade no Agribusiness - Estudos e Casos . Atlas, 2003.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Gestão Estratégica em Cooperativas		
CH Semanal	8	CH Total	40

Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	3º
Objetivo geral			
Utilizar técnicas e metodologia do planejamento estratégico para o gerenciamento do ambiente organizacional da cooperativa.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conceituar planejamento e gestão estratégica; ● Identificar os tipos de planejamentos existentes em um ambiente organizacional e a relação existente entre eles; ● Enumerar e conceituar os passos para a elaboração de um planejamento estratégico; ● Demonstrar o processo de execução de um planejamento estratégico para realizar a gestão estratégica; ● Definir os meios e técnicas de revisão e atualização do planejamento estratégico. 			
Ementa			
Planejamento: conceito, importância e filosofia; Evolução do pensamento estratégico na administração; Tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional; Processo e metodologia de elaboração de planejamento: análise ambiental; missão visão e valores; objetivos; estratégias; controle e avaliação. Modelo de Plano de Ação Anual. Gestão estratégica e sustentabilidade. Elementos do planejamento estratégico e inclusão social.			
Referências básicas			
CARVALHO, Adriano Dias de. O Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global . Barauna, 2011.			
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática . Atlas, 2012.			
OLIVEIRA, Fábio de. Os Sentidos do Cooperativismo: entre a autogestão e a precarização do trabalho . Ltr, 2014.			
TAVARES, Mauro Calixta. Gestão Estratégica . Atlas, 2011.			
ZDANOWICZ, José Eduardo. Gestão Financeira Para Cooperativas: Enfoques Contábil e Gerencial . Atlas, 2014.			
Referências complementares			
ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de Planejamento Estratégico . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos . – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.			
DECOURT, Felipe; NEVES, Hamilton da Rocha; BALDNER, Paulo Roberto. Planejamento e Gestão Estratégica . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.			
LOBATO, David Menezes, [et al]. Gestão Estratégica . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.			
PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Estratégica: foco no Planejamento Estratégico . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
ROCHA, Aguida Garreth Ferraz. Planejamento e Gestão Estratégica . 1. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2012.			

E3

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Contabilidade de Sociedades Cooperativistas II		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	3º
Objetivo geral:			
Aplicar os principais métodos e conceitos utilizados pela Contabilidade de Custos e Contabilidade Tributária para produzir informações e auxílio à gestão em operações realizadas pelas cooperativas.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os conceitos básicos de tributos e sua contabilização, voltados a sua aplicabilidade nas Cooperativas; ● Aprender e aplicar os principais métodos de Inventários de Materiais, Formação do preço de venda, Custeio e Ponto de equilíbrio; ● Identificar planejamento tributário e distinguir: Elisão, elusão e evasão tributária; ● Entender e calcular os tributos Federais, Estaduais e Municipais aplicados a Cooperativas. 			

Ementa
Contabilidade de Custos: Inventário de materiais; Formação do preço de venda; Métodos de custeio; Ponto de equilíbrio. Contabilidade Tributária: Contabilização de tributos; Planejamento tributário; Relação entre tributos e custos; Elisão, elusão e evasão fiscal; Tributação nas Cooperativas: Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
Referências básicas (no mínimo 4)
BACINELLO, Edilson. Contabilidade de Custo . Cuiabá: Rede e-TEC, 2014. MACE, Demetrius Nichel. Ato Cooperativo & Tributação . 2. ed. Curitiba: Juruá, 2014. SANTOS, Ariovaldo dos. GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara. VIEIRA, Patrícia dos Santos. Contabilidade das Sociedades Cooperativas: Aspectos Gerais e Prestação de Contas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SANTOS, Francisco Rodrigues. Gestão Tributária . Cuiabá: Rede e-TEC, 2014.
Referências complementares (no mínimo 5)
DUTRA, René Gomes. Custos: Uma Abordagem Prática (Livro-texto) . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. FABRETTI, Lúaudio Camargo. Contabilidade Tributária . São Paulo: Atlas, 2005. FIECAFI. Manual de Contabilidade Societária : aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GUERREIRO, Reinaldo. Estruturação de Sistemas de Custos para a Gestão da Rentabilidade . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LEONE, George S. Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. Os 12 mandamentos da gestão de custos . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. SILVA, César Augusto Tibúrcio. TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Operações de cooperativas		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	3º
Objetivo geral			
Compreender as operações cooperativistas e como elas podem auxiliar na sustentabilidade da cooperativa com foco nas cooperativas agrícolas e agropecuárias.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as operações cooperativistas, especialmente as agrícolas e agropecuárias; • Entender o papel das operações na sustentabilidade das cooperativas. 			
Ementa			
Operações Cooperativistas: conceitos e definições. Contratos e relações contratuais das cooperativas. Agricultura Familiar, cooperativas e mercados institucionais. Logística na comercialização via mercado institucional e outros canais de distribuição. Beneficiamento e processamento. Comércio justo e ético. Operações cooperativas e inclusão social. Sustentabilidade e Cooperativismo.			
Referências básicas			
BOWERSOX, Donald J. et al. Gestão logística da cadeia de suprimentos . AMGH Editora, 2013. MARTINS, Fran. Curso de direito comercial : empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades empresárias, fundo de comércio. 2012. TORRES, Fátima de Lima; SOUZA, Antônio Ismael de. Operações de cooperativas . REDE E-TEC, 2013. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato : rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 1, 2013.			
Referências complementares			
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 . Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 . Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. _____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos . – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. Revista Política & Sociedade , n. 14, p. 211-250, abr, 2009.			

FERREIRA, Nildete M.C. **Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular:** algumas evidências no meio rural potiguar. Tese de Doutorado: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010

NEVES, Mateus de Carvalho Reis; BRAGA, Marcelo José. Eficiência Financeira e Operacional em Cooperativas Participantes do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO). **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 3, 2015.

PIRES, Maria Luiza. Estratégias coletivas locais e inserção nos mercados globais – **A Cooperacaju. UniRcoop**, vol. 3, n. 1, p 161-176, 2006.

VALENTE, A. L. E. F. Algumas reflexões sobre a polêmica Agronegócio versus agricultura familiar. Brasília. Texto para Discussão 29. Brasília: **Embrapa Informação tecnológica**, 78p. 2008.

QUARTO MÓDULO

E1

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Segurança, Meio Ambiente e Saúde		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	4º
Objetivo geral			
Compreender a importância da segurança no trabalho para prevenir danos a saúde, averiguando a forma de reduzir os impactos ambientais no desempenho da atividade profissional.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as Normas Regulamentadoras da área de Segurança do Trabalho; • Compreender a constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, sua finalidade e necessidade de implementação; • Identificar as doenças ocupacionais relacionadas ao ambiente de trabalho; • Conhecer os procedimentos de primeiros socorros necessários às vítimas de acidentes; • Conhecer as Normas Regulamentadoras da área de Segurança do Trabalho; • Compreender a constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, sua finalidade e necessidade de implementação; • Conceituar Meio Ambiente e Gerenciamento Ambiental; • Analisar as etapas da relação Homem X Meio Ambiente; • Contextualizar os impactos ambientais como produto da ação humana e suas consequências à vida; • Compreender a importância da Gestão Ambiental Empresarial. 			
Ementa			
Acidentes de Trabalho; Benefícios acidentários; Teorias dos acidentes de trabalho; Equipamentos de proteção individual (EPI); Ruído industrial; Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA); Lesões por esforço repetitivo (LER); Prevenção de riscos à visão; Legislação e Normas Regulamentadoras; Primeiros Socorros; Gerenciamento Ambiental e sustentabilidade. Direitos humanos e suas relações ambientais, integridade física e garantias sociais na atividade profissional.			
Referências básicas			
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.			
_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.			
COSTA, Antônio Tadeu. Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: Difusão, 2009.			
GONÇALVES, E. A. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo: LTR, 2003.			
JUSPODIUM. Curso de segurança, saúde e higiene no trabalho. São Paulo: Juspodium, 2009.			
PAOLESCHI, Bruno. Cipa: Guia prático de segurança do trabalho. São Paulo: Érica, 2010.			
SALIBA, T. M. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2008.			
Referências complementares			
BARBIERI, Jose Carlos. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria a prática. 2ª ed. Saraiva, 2012.			
BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. Segurança do trabalho e gestão ambiental. 4ª Ed. Atlas, 2011.			

IGNACY, Sanchs. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Garamond, 2009.
 LAGES, Vinicius; LAGARES, Lea; BRAGA, Cristiano Lima. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: identificações geográficas e certificações para competitividade nos negócios: Sebrae, 2005.
 LANFREDI, Geraldo Ferreira et al. **Direito Ambiental na Área Ambiental**. Juarez de Oliveira, 2004.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Plano de Negócio		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	4º
Objetivo geral			
Aplicar técnicas e elementos que compõe a criação e estruturação do negócio.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conceituar cultura empreendedora, empreendedorismo coletivo e governança; ● Apresentar casos exitosos de cooperativas empreendedoras; ● Discutir os casos de sucesso e fracassos; ● Estimular o pensamento criativo, postura flexível e capacidade de inovação; ● Identificar os tipos e possibilidades de inovação no negócio; ● Estabelecer parâmetros para a criação e estruturação dos negócios através da elaboração do Plano de negócio; ● Conhecer possibilidades de financiamento e assessoria para o Negócio; ● Elaborar planos de negócios. 			
Ementa			
Cultura empreendedora: definição e evolução histórica de empreendedorismo. Cooperativas empreendedoras, Empreendedorismo coletivo e governança. Arranjo Produtivo Local. Inovação, criatividade e flexibilidade. Arranjo produtivo local e sustentabilidade. Definição de Negócio. Etapas e elaboração do Plano de Negócio. Formas e fontes de financiamento para cooperativa; Assessoria para o Negócio. Estruturação do negócio cooperativista e inclusão social.			
Referências básicas			
ABRANTES, José. Associativismo e cooperativismo : como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Interciência. 2004. FIORINI, Carlos Gustavo. Zampar, Antônio Carlos. Cooperativismo e empreendedorismo . Pandorga, 2015. ROSA, Claudio Afrânio. Como elaborar um plano de negócio . Brasília, SEBRAE, 2013. VIEIRA, Paulo Gonçalves Lins. Pinheiro, Andrea Mattos. Cooperativismo passo a passo . Juruá, 2014.			
Referências complementares (no mínimo 5)			
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo : dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar o seu próprio negócio. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. DOLABELA, Fernando. Empreendedorismo, uma forma de ser : Saiba o que são empreendedores individuais e coletivos. Brasília: Agencia de educação para o desenvolvimento, 2003. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo : transformando ideias em negócio. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. MALHEIROS, Rita de Cássia Costa (Org.). Viagem ao Mundo do Empreendedorismo . Florianópolis. IEA- Instituto de Estudos Avançados. 2005. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração para empreendedores : fundamentos da criação de gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. TOMEI, Patrícia Amélia. RUSSO, Guissepe Maria. Cultura empreendedora – Guia prático para seleção. Office Book, 2008. ZDANOWICZ, José Eduardo. Gestão Financeira Para Cooperativas : Enfoques Contábil e Gerencial. Atlas, 2014.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Ética Profissional e Cidadania		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	4º
Objetivo geral			
Compreender a evolução da ética Profissional e Cidadania ao longo da história e sua aplicação à vida prática.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a história da ética e cidadania (primórdios aos dias atuais); • Entender o funcionamento da vida social como formadora do indivíduo; • Reconhecer a vida social como algo que requer normas e uma ética; • Diferenciar os principais tipos de normas de convivência; • Aplicar os principais códigos de ética; • Entender a finalidade de se estabelecer o princípio da cidadania como norma de vida social; • Assimilar a importância dos códigos de ética para a vida profissional; • Associar a conduta ética ao respeito a diversidade racial, sexual, cultural e outras; • Relacionar a atuação ética a postura cidadã; • Imprimir os elementos éticos nas relações sociais; 			
Ementa			
Ética, moral e cidadania. A ética ao longo do pensamento ocidental. Capitalismo, comércio, indústria e a ética do autointeresse. O mundo do trabalho, o empresário e a sociedade. A ética empresarial, a globalização e o confronto de culturas. Ética profissional em um mundo globalizado e responsabilidade social. A atuação profissional e os dilemas éticos. O exercício da profissão e o código de ética. Ética e Multiculturalidade. Relações éticas para a diversidade. Ética e a garantia dos direitos humanos. Sustentabilidade e cuidados éticos com o meio ambiente.			
Referências básicas			
ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. Fundamentos da ética empresarial e econômica . 4º ed. São Paulo. Atlas, 2009.			
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.			
_____. Lei nº 11.645 , de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.			
COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia . São Paulo: Saraiva, 2006.			
GALLO, Silvio. Ética e cidadania: caminhos da filosofia: elementos para o ensino da filosofia . São Paulo: Papirus. 2005.			
SROUR, Robert Henry. Ética empresarial: a gestão da reputação: posturas responsáveis . São Paulo: Campus, 2003.			
Referências complementares			
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à Filosofia . São Paulo: Moderna, 2008.			
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia . São Paulo: Ática, 2005.			
NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional . 12. ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.			
RODRIGUEZ, Martins. Ética e responsabilidade social nas empresas . São Paulo: Elsevier. 2005.			
SÁ, Antônio Lopes. Ética Profissional . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
SANCHEZ, Vasquez Adolfo. Ética . 34. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	4º

Objetivo geral
Compreender as relações sistêmicas entre as cooperativas, meio ambiente e sustentabilidade aplicada ao cooperativismo.
Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> Entender as relações entre sociedade, produção, sustentabilidade e meio ambiente; Conhecer os métodos e técnica de gestão ambiental aplicada às cooperativas.
Ementa
Conceito de gestão ambiental, Sociedade e meio ambiente, Legislação e certificação ambiental, Desenvolvimento sustentável, externalidades, Gestão ambiental corporativa, Eco eficiência, Indicadores de sustentabilidade, Auditoria ambiental. Gestão ambiental e cooperativismo. Lei de Educação Ambiental.
Referências básicas
BARBIERI, Jose Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceito, modelos e instrumentos . 3ª ed. Saraiva, 2011. BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 . Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 . Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. CALADO, Aldo I. Cunha. et. al. Gestão ambiental e responsabilidade social: conceito, ferramentas e aplicações . Atlas, 2009. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . 2. ed. Atlas, 2011. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira . 7. ed. Atlas, 2011.
Referências complementares
BARBIERI, Jose Carlos. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria a prática . 2. ed. Saraiva, 2012. BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. Segurança do trabalho e gestão ambiental . 4. ed. Atlas, 2011. IGNACY, Sanchs. Caminhos para o desenvolvimento sustentável . Garamond, 2009. LAGES, Vinicius; LAGARES, Lea; BRAGA, Cristiano Lima. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: identificações geográficas e certificações para competitividade nos negócios : Sebrae, 2005. LANFREDI, Geraldo Ferreira et al. Direito Ambiental na Área Ambiental . Juarez de Oliveira, 2004.

E3

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	4º
Objetivo geral:			
Conhecer o processo de controle e a auditoria como recurso indispensável na autogestão das cooperativas.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer sistema administrativo de gestão de cooperativas; Diferenciar os sistemas administrativos; Compreender o processo de tomada de decisão; Compreender o processo de auditoria em empresas cooperativas; Descrever a estrutura do sistema administrativo das cooperativas assim como o processo de controle e a auditoria como recurso indispensável na autogestão das cooperativas. 			
Ementa			
Conceituação básica de sistemas; Sistemas abertos e sistemas fechados; Caracterização dos sistemas: Objetivo, ambiente, recursos, componentes e administração; Enfoque sistêmico aplicado as cooperativas; Ambiente e cooperativas: Diagnóstico do ambiente de atuação; Processos de decisão em organizações cooperativas; Conceitos de auditoria, objetivos, finalidades e sua evolução; Princípios básicos e regulamentação das auditorias; Elementos e formas de auditoria. Auditoria e responsabilidade social.			
Referências básicas			

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo, Atlas. 7. ed. 2010;

ATTIE, William. Auditoria: **Conceitos e aplicações**. São Paulo. 5. ed. 2010

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos Sistemas: Fundamentos e desenvolvimento e aplicações**. Editora Vozes. 1. ed. 2008;

LINS, Luiz dos Santos. Auditoria: **Uma abordagem prática com ênfase em auditoria externa**. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2011

Referências complementares

ARAÚJO, Luiz Cesar G. de. **Organização, Sistemas e Métodos e as tecnologias de gestão Organizacional**. São Paulo, Atlas, 2012.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, Sistemas e Métodos: Análise, redesenho e informatização de processos administrativos**. São Paulo, Atlas, 2011.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo, Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma P. R. **Sistemas, Organizações e Métodos**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 1996;

TREVISAN, **Audidores e Consultores. Auditoria: Suas áreas de atuação**. São Paulo, Atlas, 1996;

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina	Elaboração e Gestão de Projetos		
CH Semanal	8	CH Total	40
Núcleo de Formação	Profissionalizante	Período	4º
Objetivo geral			
Aplicar os métodos de elaboração e gestão de projetos para melhoria dos resultados das cooperativas			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Entender os conceitos básicos relativos à elaboração e gestão de projetos; • Identificar métodos e técnicas de elaboração e gestão de projetos aplicáveis às cooperativas; • Analisar a contribuição e efetividade da gestão de projetos para a melhoria de resultados das cooperativas; • Conhecer os principais métodos de elaboração e gestão de projetos; • Entender a aplicabilidade dos métodos de elaboração e gestão de projetos para melhoria dos resultados das cooperativas. 			
Ementa			
Definição, contextualização, abordagens, estrutura e ciclo de vida do projeto. Teoria e roteiro prático para a administração de projeto. Escopo do projeto. Processos da administração da qualidade do projeto. Planejamento de tempo e custo. Administração de problemas e dos riscos do projeto. Elaboração e avaliação de planos de projetos. A equipe e o gerente do projeto. Execução, controle e gerenciamento do projeto. Gestão de projetos e preceitos de cidadania.			
Referências básicas			
MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados . Atlas, 2014.			
MAXIMIANO, Antônio César Amaru; ANSELMO, Jefferson Leandro. Escritório de gerenciamento de projetos: um estudo de caso. Revista de Administração da Universidade de São Paulo , v. 41, n. 4, 2006.			
MENDES, João Ricardo Barroca. Gerenciamento de projetos . Editora FGV, 2015.			
RABECHINI JR, Roque. O gerente de projetos na empresa . Editora Atlas SA, 2015.			
Referências complementares			
CARVALHO Marly Monteiro De. RABECHINI JR, Roque. Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos Brasileiros - V. 2 . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
CONTADOR, Claudio R. Projetos Sociais: Avaliação E Prática . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
VALLE, André Bittencourt do; MENDES, Joao Ricardo Barroca; FABRA, MarcAntonio. Gerenciamento de Projetos . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.			
CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR. Roque. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
CLEMENTE, Ademir (Organizador). Projetos empresariais e públicos . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			

**ANEXO 01 - QUADRO DE DOCENTES DO CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO
CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO**

Nº	Disciplina	Nome do Professor	CH	RT
1	Introdução à Informática	Felipe Oliveira Colen	40	DE
2	Português Instrumental	Ana Cláudia Dias Ribeiro	40	DE
3	Introdução ao cooperativismo	Marcilei Serafim Germano	40	DE
4	Fundamentos do Mundo do Trabalho	Euliene da Silva Gonçalves	40	SB
5	Economia Regional	Denise Ton Tiussi	40	DE
6	Legislação e tributação das cooperativas	Emi Silva de Oliveira	40	DE
7	Fundamentos da Administração	Higor Cordeiro de Souza	40	DE
8	Matemática Financeira Aplicada	Rafael Nink de Carvalho	40	DE
9	Constituição e Educação Cooperativista	João Batista Teixeira Aguiar	40	DE
10	Gestão de Qualidade	Aloir Pedruzzi Junior	40	DE
11	Contabilidade de Empresas Cooperativistas I	Adriano Marcos Dantas da Silva	40	DE
12	Ramos do Cooperativismo	Marcilei Serafim Germano	40	DE
13	Técnicas de Negociação	Willis José Rodrigues	40	DE
14	Gestão de <i>Marketing</i>	Higor Cordeiro de Souza	40	DE
15	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Anabela Aparecida Silva Barbosa	40	DE
16	Gestão Estratégica em Cooperativas	Lady Day Pereira de Souza	40	DE
17	Contabilidade de Empresas Cooperativistas II	Adriano Marcos Dantas da Silva	40	DE
18	Operações de cooperativas	Denise Ton Tiussi	40	DE
19	Segurança, Saúde e Meio Ambiente	Samuel dos Santos Junio	40	DE
20	Plano de Negócio	Lady Day Pereira de Souza	40	DE
21	Ética Profissional e Cidadania	Marcilei Serafim Germano	40	DE
22	Gestão Ambiental aplicada ao Cooperativismo	Willis José Rodrigues	40	DE
23	Gerenciamento e Auditoria em Cooperativas	Ronilson de Oliveira	40	DE
24	Elaboração e Gestão de Projetos	Higor Cordeiro de Souza	40	DE

Legenda: RT (Regime de Trabalho); TI (Tempo Integral); DE (Dedicação Exclusiva) SB (Substituto)

Fonte: IFRO (2016)